

Acção Socialista



Nº 1258 9 Fevereiro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Com o PS

Sócrates coordena Comissão Permanente



Debate mensal na AR

5

Primeiro-ministro quer um Estado menos burocrático

Economia

10 a 14

Investimento chega em força a Portugal

Eleições internas

5

Congressos federativos marcados para Maio

SUPLEMENTO



www.ps.pt

Aconteceu, já é notícia.

PARTIDO SOCIALISTA



ACEDA AO MUNDO SOCIALISTA



JORGE SEGURO SANCHES
Director

Apostar na qualificação Acreditar em Portugal

1. Segundo o Balanço Social de 2004 da Câmara Municipal de Lisboa (CML), dos 9.586 funcionários da autarquia, 4433 (46 por cento) não possuem a escolaridade mínima obrigatória (9.º ano).

Esta notícia, do dia em que vos escrevo, é bem elucidativa do muito trabalho que há a fazer em Portugal para elevar o conhecimento e as aptidões profissionais dos nossos trabalhadores. Ao momento do lançamento do programa *Novas Oportunidades* já sabíamos que cerca de 3.500.000 dos nossos trabalhadores activos têm um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário, sendo que cerca de 2.600.000 inferior ao 9.º ano.

Mesmo nos dias de hoje, e depois de um significativo esforço nos últimos trinta anos, cerca de 485 mil jovens entre os 18 e os 24 anos (i.e., 45 por cento do total) estão hoje a trabalhar sem terem concluído 12 anos de escolaridade, 266 mil dos quais não chegaram a concluir o 9.º ano.

Se até à revolução de Abril, o acesso à cultura e à formação era encarado como um luxo desnecessário, apenas acessível às elites do país ou a alguns bafejados pela sorte, hoje, numa sociedade globalizada, mais do que com riqueza material, a sorte dos povos decide-se no acesso ao conhecimento.

Uma evidência: para o Governo do PS, o futuro do nosso país passa por uma opção clara e inadiável: a aposta na qualificação da população portuguesa.

2. O primeiro-ministro anunciou para Março um "Programa de simplificação administrativa e legislativa", bem como 10 medidas de simplificação administrativa, que facilitam a vida dos cidadãos e das empresas, tornando mais fácil o investimento em Portugal.

As 10 medidas anunciadas, tornando facultativas para as empresas, todas as escrituras públicas, simplificando todo o regime da fusão e da cisão de sociedades, criando uma modalidade de "dissolução e liquidação na hora" das sociedades,

Para o Governo do PS, o futuro do nosso país passa por uma opção clara e inadiável: a aposta na qualificação da população portuguesa

acabando com todos os livros de escrituração mercantil, excepto o livro de actas, simplificando a autenticação de documentos e reconhecimento presencial de assinaturas, criando, para as empresas, um novo regime de Prestação Única de Contas, criando uma prestação única de informação das empresas à Segurança Social, eliminando a obrigatoriedade das certidões de inexistência de dívidas à Segurança Social e às Finanças e criando o procedimento "Marca na Hora", são mais do que bons sinais para os investidores na economia portuguesa.

A importância destas alterações na Administração Pública é decisiva quando precisamente todos os estudos credíveis sobre a economia nacional apontam os custos administrativos e os procedimentos burocráticos como um dos entraves à competitividade da nossa economia.

Outra evidência: para o Governo do PS, o futuro do nosso país passa pelo fortalecimento da nossa economia, pela atracção de investimento e pelo aumento do emprego.

Congressos federativos em Maio

Os congressos federativos do Partido Socialista vão realizar-se a 6 ou 7 de Maio. A decisão foi tomada no dia 7 pelo Secretariado Nacional do PS, na sequência de uma deliberação da Comissão Política Nacional que lhe delegou a competência de fixar o calendário para os actos eleitorais das estruturas descentralizadas do nosso partido.

O Secretariado deliberou também que as assembleias eleitorais para a eleição do presidente da federação e dos delegados ao congresso terão lugar a 21 ou 22 de Abril.

Para tal, e de acordo com os Estatutos do PS, deverá realizar-se, até ao dia 6 de Março próximo, a Comissão Política Distrital que elegerá a Comissão Organizadora do Congresso (COC) e marcará o congresso federativo e as respectivas assembleias eleitorais nas secções.

Vincando a "grande importância política da renovação dos mandatos das restantes estruturas descentralizadas do partido", o Secretariado Nacional decidiu ainda estabelecer uma orientação geral no sentido de as eleições para os órgãos das concelhias e das secções decorrerem entre os dias 17 e 31 de Março.



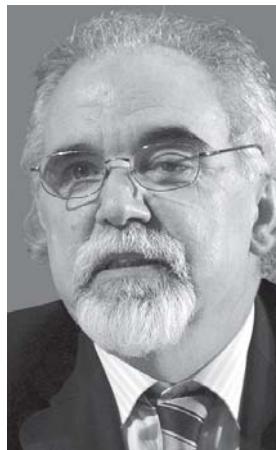
Mais 300 lugares de acolhimento

CRIANÇAS EM RISCO

O número de crianças e jovens a viverem em instituições ascende já a 14 mil. Visando contrariar esta excessiva tendência, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social propõe-se reduzir em 25 por cento, até 2009, os valores relativos às institucionalizações, contando para isso com uma maior agilização dos processos de adopção, quer através de medidas como a base de dados que já está em funcionamento, quer através da criação de um Observatório de Adopção agora anunciada.

O ministro da tutela, Vieira da Silva, defende como necessária e urgente a conjugação entre a construção de novos equipamentos e a acção mais eficaz de todos os agentes que participam no processo de acompanhamento de crianças e jovens em risco.

Ao anunciar, na Amadora, no passado dia 7, a criação, em conjunto com o Ministério da Justiça, de um Observatório de Adopção para acompanhar o funcionamento das instituições que respondem aos problemas das crianças, o governante explicou que "não é fácil aumentar o



número das crianças adoptáveis", frisando de seguida que para que este valor possa crescer "é essencial a rapidez na resposta das instituições e que as crianças não fiquem nos centros de acolhimento temporário".

É todo este processo, segundo adiantou, que o observatório vai fazer, além de apresentar permanentemente recomendações aos diferentes ministérios responsáveis.

O titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social adiantou também que vão ser criados, nos próximos três anos, mais 300 lugares em centros de acolhimento temporário de crianças e jovens em risco, aumentando de 1800 para 2100 vagas.

Durante a assinatura de dois protocolos com a Câmara Municipal e a Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico para o funcionamento de uma casa de acolhimento e de uma unidade de apoio domiciliário, Vieira da Silva garantiu que estão a ser criadas as condições para um aumento de 15 por cento no número de lugares para acolhimento temporário até ao final da presente legislatura.

Defendendo que estes centros devem ter como função prioritária encontrar rapidamente projectos de vida para as crianças que acolhem, quer seja no regresso às famílias quer no sentido da adopção, Vieira da Silva sublinhou ainda que "uma criança que fica tempo de mais numa instituição de acolhimento perde a oportunidade de fugir ao trilho da institucionalização, do regresso à família ou de ser adoptada".

Sócrates coordena Comissão Permanente

José Sócrates assumiu a coordenação da Comissão Permanente do nosso partido, ficando com as competências que até agora eram exercidas por Jorge Coelho. O anúncio foi feito pelo próprio Sócrates, durante a reunião da Comissão Política Nacional, que decorreu na sede do Largo do Rato, em clima de grande unidade.

Esta opção traduz a disponibilidade do líder socialista para acompanhar de perto a agenda política do partido, sobretudo ao nível da sua articulação com o Executivo.

Por sua vez, o até agora coordenador Jorge Coelho vai manter-se “em todos os órgãos de direcção do PS” e na “vida política activa”.

Já no capítulo da análise da situação política actual – o principal assunto em discussão na reunião da Comissão do passado dia 31 de Janeiro –, Vitalino Canas, porta-voz do PS, sublinhou perante os jornalistas que a participação dos militantes deve servir para “o que une todos os socialistas, que é o cumprimento do programa eleitoral e do Programa do Governo”.

No balanço feito dos resultados das presidenciais, afirmou que o



partido está ciente de que errou no processo de escolha do seu candidato, assegurando igualmente que o PS fará um esforço para se reconciliar com os seus eleitores tradicionais que não votaram na candidatura de Soares.

“Não nos arrependemos de ter apoiado o doutor Mário Soares”, ressaltou Vitalino Canas, reconhecendo porém que nem o can-

didato nem o partido que o apoiou conseguiram passar a mensagem que poderia ter conduzido à vitória.

O dirigente socialista deixou ainda bem claro que nas eleições de 22 de Janeiro “não estiveram em causa nem a maioria absoluta do PS, nem o Governo, nem as políticas que o nosso partido tem estado a desenvolver”.

Vitalino Canas reiterou assim a

ideia de que a leitura dos resultados das presidenciais prende-se exclusivamente com o órgão de soberania Presidente da República.

Sobre o afastamento de alguns eleitores em relação ao PS, sublinhou que o partido não quer “deixar que ele seja mais do que momentâneo” e fará “um grande esforço de reconciliação” com esses “votantes e cidadãos”.

Também o secretário-geral do PS considerou ultrapassada a questão das presidenciais, defendendo que o partido tem de se apresentar como uma força política estável e de confiança durante o ciclo de três anos e meio sem eleições que se iniciou com a conclusão do último sufrágio, a 22 de Janeiro. Um intervalo propício à unidade.

M.R.

Reorientação dos fundos europeus

ESTRATÉGIA DE LISBOA E PLANO TECNOLÓGICO

Os três programas operacionais do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional vão ser politicamente partilhados por vários ministérios.

MARY RODRIGUES

Os 22 mil milhões de euros que Portugal vai receber da União Europeia entre 2007 e 2013 serão destinados essencialmente a promover a qualificação dos portugueses e o crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades e aumentar a eficiência da governação.

As linhas orientadoras do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para a elaboração dos respectivos programas operacionais foram aprovadas, no passado dia 2, pelo Executivo de José Sócrates, corporizadas numa resolução que aponta para projectos no âmbito do Plano Tecnológico como os novos alvos prioritários de financiamento.

No final da reunião do Conselho de Ministros, o titular da pasta do Ambiente e da Administração do Território – a quem cabe a tutela do QREN – reafirmou que “no novo Quadro Comunitário de Apoio haverá uma reorientação dos investi-

mentos para o conhecimento, a inovação e a educação”.

Em conferência de Imprensa, Nunes Correia salientou igualmente que a resolução aprovada pelo Governo não constitui um “exercício de afectação” dos fundos comunitários a que o nosso país terá direito ao longo dos próximos seis anos, estabelecendo-se tão somente as “orientações fundamentais” para a aplicação dessas verbas, uma vez que no seio do Executivo socialista “há uma forte determinação em dar prioridade” aos programas que servem o Plano Tecnológico.

Todavia, ressaltou, “até 2013 Portugal terá necessidade de continuar a investir na construção de infra-estruturas para a melhoria da qualidade da água e tratamento de esgotos”, assim como ao nível das “acessibilidades e comunicações”.

Neste sentido, explicou, haverá três programas operacionais temáticos, além dos que terão carácter regional (cinco no continente – Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Vale do Tejo – e dois nas regiões autónomas). Cada um deles estará virado para os factores de competitividade, de educação e emprego e de valorização do território (onde se inclui a construção de infra-estruturas).

No caso particular dos programas relativos aos Açores e à Madeira, as prioridades serão definidas pelos respectivos governos regionais, embora tenha ficado estabelecido

que estas deverão estar em sintonia com a “coerência estratégica global do QREN”.

Comparativamente aos anteriores quadros comunitários, Nunes Correia salientou que o Executivo quer alterar “os critérios de gestão dos fundos”, reorientando-os no sentido de honrar o compromisso assumido na última cimeira europeia, onde se determinou que uma parte significativa das ajudas concedidas a cada Estado-membro até 2013 tem de ser canalizada para as políticas da Estratégia de Lisboa, nomeadamente as que respeitam à competitividade e ao emprego.

Este novo modelo de gestão dos fundos de coesão assentará numa grande Comissão Interministerial de Governação e em comissões ministeriais para os programas temáticos já desenhados.

Assim, a direcção política de cada um dos programas operacionais será partilhada com vários ministros de um ponto de vista colegial, onde todos os ministros relevantes terão assento na mesa de negociações.

“Em vez da pulverização ao nível de projectos financiados, haverá uma concentração em torno de grandes vectores de investimento”, adiantou, assegurando de seguida para além de acabar com a lógica avulsa, o Executivo definirá “regras de desempenho” e “rigor de selectividade” face aos projectos a financiar – dando-se prioridade àqueles

Modelo temático assente em três vectores

I Competitividade

Incentivo à modernização empresarial e estímulo à eficiência das instituições públicas.

II Potencial Humano

Promoção da qualificação, coesão social, mobilidade e da igualdade de género, num quadro propício ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

III Valorização Territorial

Destaca-se a componente ambiental ao mesmo tempo que se ratifica a ideia de que alguns investimentos estruturantes e de âmbito nacional têm ainda de ser feitos, dado o défice de infra-estruturas.

que tenham uma escala supramunicipal e estruturante.

A nova estratégia implicará ainda uma análise de “sustentabilidade e viabilidade económica” de cada uma das candidaturas a co-financiamento da União Europeia.

Sócrates garante empenhamento para bom relacionamento institucional com Presidente eleito

Encerrado um longo ciclo eleitoral, Governo, Parlamento, autarquias e presidência da República preparam-se para encetar uma nova etapa da vida nacional que, em prol da necessária estabilidade, deverá ser pautada pela cooperação solidária.

MARY RODRIGUES



José Sócrates reiterou a sua “disponibilidade e empenhamento” para “contribuir, com inteira lealdade, para o bom relacionamento e uma boa cooperação institucional com a Presidência da República”. As declarações do primeiro-ministro foram proferidas numa conferência de Imprensa de reacção aos resultados do sufrágio de 22 de Janeiro em que o candidato apoiado pelo PSD/PP foi eleito à tangente na primeira volta, com 50,59 por cento dos votos.

Perante os jornalistas, Sócrates insistiu também na necessidade de se preservar a “estabilidade política ao sublinhar que esta é “uma condição essencial para que todos nos possamos concentrar em vencer os desafios que tempos pela frente em nome de um futuro melhor para Portugal”.

Depois, o líder socialista elogiou Mário Soares, pelo exemplo de “abnegação, coragem e vitalidade” que personificou, e agradeceu-lhe a determinação com que assumira o repto de se candidatar à chefia do Estado “em circunstâncias

particularmente difíceis”, vincando de seguida que o PS tem muito orgulho no seu fundador.

Na sua alocução, o secretário-geral assumiu inequivocamente que o partido foi derrotado nas eleições, já que o seu candidato ficou longe do objectivo de passar à segunda volta das presidenciais.

“Não temos por hábito disfarçar derrotas. Estes resultados não foram aqueles que ambicionávamos”, disse, deixando claro que os números emanados da eleição de 22 de Janeiro “não têm quaisquer consequências” nem para “os outros órgãos de soberania” nem

“na vida interna do PS”.

Ao sublinhar o respeito pela “diversidade de opiniões” que desde sempre existe no nosso partido e que, ao contrário do que muitos apregoam, “nunca o enfraqueceu”, Sócrates assegurou que as opções dos socialistas são sempre respeitadas, reafirmando ainda que vai continuar a “contar com todos os que apostam no projecto de modernização que o PS protagoniza, tendo em vista termos uma força mobilizadora ao serviço de Portugal e dos portugueses”.

Antes de desejar ao Presidente da República eleito “os maiores

sucessos no cumprimento do seu mandato”, José Sócrates saudou os eleitores, “que já nos habituaram a uma grande maturidade democrática”.

Também Mário Soares enfrentou o desfecho das presidenciais com evidente “fair play democrático”, assumindo a derrota “com sentido de dever cumprido e responsabilidade”.

“Os resultados foram contrários às minhas expectativas: O dr. Cavaco Silva obteve, à primeira volta, a maioria absoluta”, reconheceu, para declarar de seguida respeito total pela vontade popular expressa nas urnas.

Depois de felicitar e desejar “êxito no exercício da sua alta magistratura” ao adversário vencedor, Soares considerou ter valido a pena percorrer o país de norte a sul para lançar uma “sementeira de ideias” que, apesar do desaire eleitoral, “farão o seu caminho”, como assegurou.

“Lançámos ideias novas e realizámos um combate cívico de que muito me honro, em defesa de grandes causas e advertindo para os novos perigos”, recordou Soares, numa breve declaração que proferiu na sede da sua candidatura, onde compareceram igualmente José Sócrates, alguns membros do Governo, dirigentes socialistas e largas centenas de apoiantes, entre os quais sobressaíam os jovens do MASP3.

Convicto de que a “campanha de proximidade” que protagonizou com os portugueses ficará como “uma referência cívica para o futuro”, o fundador do PS assegurou que o seu combate não terminaria na noite das eleições presidenciais.

“Em democracia perdem-se e ganham-se eleições. Mas como eu sempre disse, só é vencido quem desiste de lutar. E como mais uma vez demonstrei, não desisto de lutar”, afirmou categóricamente, acrescentando – entre aplausos e gritos de “Soares! Soares!” – que o seu empenhamento ao serviço de Portugal e dos portugueses será “total, como sempre foi”.

Líder parlamentar do PS salienta necessidade de “reflexão interna”

Alberto Martins lembra que o Presidente preside à República, a Assembleia da República legisla e fiscaliza e o Governo governa.

J. C. CASTELO BRANCO

A necessidade de os socialistas realizarem uma “reflexão” sobre o processo eleitoral das presidenciais, foi sublinhada por Alberto Martins, que também considerou ser “inaceitável” para os portugueses que se “confundissem eleições presidenciais com qualquer outro acto eleitoral”.

Numa declaração política, no plenário da Assembleia da República, o líder da bancada parlamentar socialista depois de saudar o Presidente eleito, Cavaco Silva, lembrou que o PS “retira, como sempre, de todos os actos eleitorais as consequências e as ilações necessárias”, estando “atento aos sinais que deles resultam”.

Nesse sentido, reconheceu que o candidato apoiado pelo PS, Mário Soares, “ficou longe dos seus objectivos e dos objectivos a que o partido se propôs”, e que “a candidatura de Manuel Alegre



recebeu uma votação expressiva”, embora também aquém dos seus objectivos.

“Com a mesma naturalidade com que reconhecemos esses resultados queremos

sublinhar igualmente que os portugueses elegeram um novo Presidente da República, e tão-só”, disse, lembrando que “ficou claro para todos que as eleições presidenciais são distintas das eleições para a Assembleia da República”, já que, frisou, “as maiorias políticas que se firmam em cada uma sustentam mandatos políticos de natureza diversa”.

Na sua intervenção, Alberto Martins referiu que um dos méritos da campanha eleitoral que agora se concluiu “foi o de evidenciar as competências constitucionais respectivas do Presidente da República e do Governo”.

Ou seja, sublinhou, “o Presidente preside à República. A Assembleia da República legisla e fiscaliza. O Governo governa”. E acrescentou: “Não se trata de uma questão de opinião, trata-se do que está inscrito na Constituição”.

Por isso declarou-se satisfeito por todos os candidatos – sem excepção – declararem o seu acordo com esta “doutrina essencial”, segundo a qual “cada órgão de soberania exerce o mandato para o qual foi eleito, nos limites das suas com-

petências constitucionais e estatutárias, e no melhor espírito de lealdade e cooperação institucional”.

É bom, por isso, disse, “verificar que em relação a estes aspectos basilares do nosso regime constitucional existe um alargadíssimo consenso”.

Por outro lado, o líder do Grupo Parlamentar do PS considerou ser da “mais elementar justiça”, neste particular momento de transição, dirigir “uma palavra de reconhecimento” para o Presidente Jorge Sampaio, que “soube prestigiar a Presidência da República com as suas elevadas qualidades pessoais e humanas”.

Referindo que as presidenciais de 22 de Janeiro “encerram um ciclo eleitoral” após o qual todos os eleitos e representantes nos órgãos de soberania renovaram os seus mandatos, Alberto Martins afirmou ser altura de concentrarmo-nos de novo no “essencial”, ou seja, no programa de Governo sufragado por maioria absoluta, que “harmoniza os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável, da garantia do Estado Social e do crescimento da economia, que caminham lado a lado com a disciplina e o rigor orçamentais”.

Primeiro-ministro quer um Estado menos burocrático

DEBATE MENSAL

O primeiro-ministro foi ao Parlamento anunciar um conjunto de dez novas medidas tendentes à desburocratização e simplificação administrativa com impacto no desenvolvimento da economia.

Para José Sócrates, “o desafio central que o país tem pela frente é o desafio do crescimento económico”. Por isso, como referiu, “é nesta batalha que continuamos a concentrar o essencial das nossas atenções”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

José Sócrates afirmou que uma das apostas do seu Governo passa pela criação de um contrato para a confiança, instrumento que pretende ajudar na criação de um bom ambiente para os negócios e ainda um incentivo no combate à burocracia, problemática que reconheceu estar a asfixiar a vida empresarial.

Dos três pilares que sustentam o edifício da política económica anunciada pelo primeiro-ministro, aquando da apresentação do Programa do Governo, a saber, o Plano Tecnológico, a Consolidação das Contas Públicas, coube agora a vez de José Sócrates explicar no Parlamento as medidas que o Executivo aprovou tendo em vista o terceiro pilar que respeita ao Contrato para a Confiança.

A oportunidade escolhida para o anúncio destas medidas registou-se no âmbito do já tradicional debate mensal que o Governo socialista tem vindo a manter com o Parlamento, desde que há dez meses assumiu responsabilidades governativas.

O primeiro-ministro foi à Assembleia da República anunciar a criação do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa.

Segundo José Sócrates, o programa agora proposto pelo Governo e que será implementado já a partir do próximo mês de Março de 2006, visa contribuir de forma drástica para uma efectiva diminuição da burocracia para as empresas, passando a constituir mais um instrumento para a promoção e o desenvolvimento da nossa economia.

No conjunto das dez medidas anunciadas pelo primeiro-ministro, destaque, por exemplo, para a iniciativa que torna facultativas todas as escrituras públicas sobre actos relativos à vida das empresas, a criação de uma modalidade de dissolução e liquidação na hora das sociedades, ou ainda a simplificação de todo o regime



da fusão e cisão de sociedades e da autenticação de documentos e reconhecimento presencial de assinaturas.

Mas este pacote compreende ainda um vasto conjunto de outras iniciativas com destaque para um novo regime de prestação de contas para as empresas, a criação de uma prestação única de informação das empresas à Segurança Social, a eliminação da obrigatoriedade das certidões de inexistência de dívidas à Segurança Social e às Finanças, o pro-

cedimento ‘Marca no Hora’ e a simplificação da prestação de informação pelas empresas industriais.

Na opinião de José Sócrates, estas são boas notícias para as empresas, o que aliás foi sublinhado por toda a oposição, mas são igualmente, como também assinalou o primeiro-ministro, “excelentes notícias para o investimento”. Por um lado, porque vão ajudar a eliminar inúmeros actos até agora obrigatórios, e, por outro lado, o que não será de

desprezar, vão contribuir para poupar às empresas largos milhões de euros. Só as medidas respeitantes a livros, escrituras e publicações, disse o primeiro-ministro, “permitem que as empresas poupem por ano mais de 125 milhões de euros em custos directos e indirectos”.

Mas estas medidas, que vêm aliás no seguimento de outras que o Governo socialista já aprovou, como por exemplo, a legislação que permite a constituição da “Empresa na Hora”, não surgem por acaso ou por uma acção desgarrada e inconsistente por parte dos responsáveis políticos.

José Sócrates lembrou a este propósito na sua intervenção no Parlamento, que diversos estudos credíveis entretanto elaborados sobre a economia portuguesa, quer a nível nacional, quer a nível internacional, apontam os custos administrativos e os procedimentos burocráticos como os principais embaraços à tão desejada competitividade da economia portuguesa.

Contrariar este cenário tem vindo a constituir uma das tarefas prioritárias do Governo, sublinhou José Sócrates, razão pela qual,

As 10 medidas

1. Tornar facultativas todas as escrituras públicas relativas às empresas;
2. Simplificar o regime da fusão e da cisão de sociedades;
3. Criar a modalidade de “dissolução e liquidação na hora”;
4. Acabar com todos os livros de escrituração, excepto o livro de actas;
5. Simplificar a autenticação de documentos e reconhecimento presencial de assinaturas;
6. Criar novo regime de Prestação Única de Contas; Prestação única de informação à Segurança Social;
7. Eliminar a obrigatoriedade das certidões de inexistência de dívidas à Segurança Social e às Finanças;
8. Criar a “Marca na Hora”;
9. Simplificar a prestação de informação pelas empresas industriais.

Portugal avalia os custos da legislação comunitária

O Governo vai colocar um conselheiro técnico em Bruxelas com o objectivo de avaliar “in loco” os custos da legislação produzida na União Europeia (UE).

O anúncio desta medida foi justificada por José Sócrates no Parlamento, com a necessidade de se poder avaliar os custos administrativos daquilo a que o primeiro-ministro classificou como de “fúria legislativa da União Europeia”.

“Vamos ter um conselheiro técnico em Bruxelas, com a única missão de avaliar os custos administrativos das directivas e regulamentos europeus para que Portugal possa assumir na UE uma posição contrária à fúria legislativa”, assegurou o primeiro-ministro.

disse, o Conselho de Ministros aprovou uma nova metodologia de trabalho. Assim, anunciou, a legislação a aprovar, para além da identificação do seu impacto orçamental, “que já é exigida, deverá ser também a partir de agora acompanhada dos respectivos custos administrativos para as empresas e para os cidadãos”.

Estas iniciativas agora anunciadas pelo primeiro-ministro, em que apenas salientou dez medidas como mero exemplo, fazem parte de um conjunto mais vasto, como fez questão de afirmar José Sócrates, de um programa com “centenas de medidas a apresentar em Março, e que visam todas elas facilitar a vida aos cidadãos e às empresas”.

O primeiro-ministro, a este propósito, referiu que a Presidência do Conselho de Ministros já aplica esta regra de simplificação de métodos, nomeadamente, como afirmou, quando associa a cada lei uma avaliação dos respectivos custos administrativos, sugerindo que o Parlamento se segue ao mesmo caminho. Também em relação à Europa, José Sócrates apelou para que aquela instância adote a mesma metodologia.

Reestruturação da Administração Central vai poupar 603 milhões de euros na despesa

REFORMA DO ESTADO

Funções descentralizadas, partilha de serviços públicos, fusão ou extinção de vários organismos e uma maior mobilidade dos funcionários são algumas das conclusões apresentadas pelos grupos de trabalho criados para redefinir a estruturas dos ministérios.

MARY RODRIGUES

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, garante que a reorganização administrativa do Estado, incluída no programa plurianual de redução da despesa corrente, por sua vez inscrito no Orçamento para 2006, deverá gerar poupanças na ordem dos 603 milhões de euros.

Ao intervir numa sessão de trabalho do Programa de Reestruturação da Administração Central (PRACE) no Centro de Seminários e Congressos de Caparide, o governante assegurou que serão tomadas as medidas mais adequadas para tornar os serviços públicos mais eficientes e a reduzir os seus custos.

“Queremos uma máquina que funcione melhor e que custe menos”, reafirmou, acrescentando que as conclusões finais do PRACE de-



O que é o Programa de Reestruturação da Administração Central (PRACE)?

Trata-se de um plano para a reestruturação do Estado que visa a definição de objectivos, princípios, programas e metodologias a seguir para reorganizar a administração central e promover economias de gastos e ganhos de eficiência pela simplificação e racionalização de estruturas.

Qual a metodologia subjacente ao PRACE?

O programa assenta num processo de simplificação e racionalização de estruturas que passa, por sua vez, pela identificação das missões e funções de cada ministério, chegando depois à avaliação das que devem ser mantidas, partilhadas, descentralizadas, externalizadas ou extintas.

M.R.

verão ser conhecidas já em Março.

Sobre os efeitos que esta reestruturação poderá ter nos funcionários

públicos, o ministro adiantou que a intenção do Governo é alterar futuramente as regras relativas a

quadro de supranumerários, visando fomentar a mobilidade dos trabalhadores (dentro e para fora da Administração Pública), melhorar a sua formação e criar incentivos para aqueles que desejem sair do funcionalismo público.

Neste capítulo, o ministro da Administração Interna – presente na sessão – assinalou como exemplo o caso que se vive na GNR e na PSP em que cerca de 5 mil postos de trabalho estão a ser exercidos por militares ou forças de segurança quando poderiam ser desempenhados por funcionários públicos.

Antes de António Costa, já Teixeira dos Santos tinha destacado este aspecto da reforma ao anunciar recentemente que os 700 novos funcionários que irão ser colocados na Direcção-Geral de Impostos serão “oriundos, na sua grande maioria, de outros serviços e entidades da Administração Pública”.

E porque a mobilidade geográfica dos trabalhadores também está prevista no PRACE, António Costa referiu que o Executivo socialista pretende abrir uma loja do cidadão em cada concelho, concentrando assim num único balcão vários serviços e organismos, por que – sublinhou – “há uma necessidade de racionalizar e aproximar os serviços dos cidadãos”.

No âmbito deste processo de descentralização, uma parte das funções de alguns organismos do Estado serão transferidas para entidades sediadas em diversos pontos do país.

Os ministros revelaram por último que o Governo vai iniciar ainda este ano experiências-piloto de serviços partilhados pelos vários ministérios, designadamente no domínio da contabilidade e da gestão orçamental, de recursos humanos e patrimonial, visando generalizar este tipo de medidas a toda a administração central produzindo substanciais reduções nos custos.

“Os serviços partilhados levaram, em diversos casos experimentados no sector privado, a poupanças situadas entre os 25 e os 50 por cento, frisou Teixeira dos Santos, acrescentando que esta medida resulta da definição por parte do Executivo da organização-tipo que deve ser implementada em cada ministério.

Assim, distinguem-se as funções de suporte à governação das funções para a gestão dos recursos do ministério, sendo que no primeiro grupo inclui-se a gestão e planeamento estratégico, o controlo financeiro e a auditoria. Já no segundo, concentram-se a gestão de recursos humanos e a contabilidade, entre outras funções.

Constâncio reconduzido no Banco de Portugal

Vítor Constâncio aceitou o convite do Governo para fazer mais um mandato de cinco anos como governador do Banco de Portugal. O anúncio foi feito em Bruxelas pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, antes de uma reunião de uma reunião dos ministros das Finanças dos países que integram a zona euro.

A sugestão de renovar o mandato do governador, que termina em Março, foi feita por Teixeira dos Santos ao primeiro-ministro, José Sócrates, que endereçou pessoalmente o convite a Constâncio, que acedeu.

“Apraz-me poder contar com Vítor Constâncio para mais um mandato”, disse o ministro das Finanças, frisando que o convite traduz o apreço e o “reconhecimento” do Governo “pelo seu excelente trabalho” e “competência”.

Vítor Constâncio, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas, foi nomeado governador do Banco de Portugal em Fevereiro de 2000 e terminava o seu mandato este ano.

O economista, de 62 anos, que foi ministro das Finanças num Governo do PS, chefiado por Mário Soares em 1978, já tinha sido governador do Banco de Portugal entre 1985 e 1986, tendo saído para assumir a liderança do PS, cargo que desempenhou até 1989.

Saldo orçamental animador no subsector do Estado em 2005

FINANÇAS

A estratégia de “rigor e contenção” orçamental irá manter-se em 2006, garantiu o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que considerou “francamente animador” o saldo orçamental de 806 milhões de euros verificado no subsector do Estado em 2005 em relação às estimativas feitas, o que contribui para o respeito da meta acordada com Bruxelas no sentido de que o défice público se fixe nos seis por cento do PIB.

Segundo Teixeira dos Santos, que falava antes de entrar para uma reunião em Bruxelas dos responsáveis das Finanças da zona euro, a evolução favorável no ano passado resulta da estratégia adoptada pelo actual Governo de “rigor e contenção”, assim como do combate à fraude e evasão fiscais em Portugal.

“No subsector Estado, os resultados são animadores e de alguma forma são tranquilizadores quanto ao cumprimento dos objectivos orçamentais”, disse, afirmando-se “esperançado e optimista” na possibilidade de o país conseguir cumprir o défice orçamental para 2005 de 6,0 por cento do PIB comunicado a Bruxelas.

A satisfação do ministro das Finanças é tanto maior quanto estes resultados são conseguidos numa conjuntura de grandes dificuldades económicas. “Apesar do crescimento ter sido revisto em baixa, nós cumprimos as obrigações orçamentais”, no que depende directamente do Estado.

Esta folga orçamental – “mais 347 milhões



de receita cobrada e menos 465 milhões de despesa poupada” – deriva de estimativas demasiado prudentes feitas no ano passado, disse o ministro. “Mas não houve qualquer dramatização”, sublinhou. “Felizmente, as medidas de consolidação adoptadas em 2005 e a forma como foram implementadas permitiram obter resultados bem melhores do que se esperavam”, acrescentou.

O saldo final das finanças públicas é obtido considerando os saldos dos quatro subsectores em que se dividem as Administrações Públicas: Estado, Fundos e

Serviços Autónomos, Administração Regional e Local e, ainda, Segurança Social.

A receita total no subsector do Estado, de que o Governo é responsável directo, era estimada inicialmente em 32.645 milhões de euros e acabou por ser de 32.982,1 milhões, enquanto a despesa total estimada era de 42.548,9 e a execução foi de 42.079,4.

O défice orçamental estimado para o subsector do Estado estimado para 2005 era de 9.903,9 milhões de euros tendo a sua execução mostrado que ele foi apenas de 9.097,3 milhões, informou a Direcção-Geral do Orçamento.

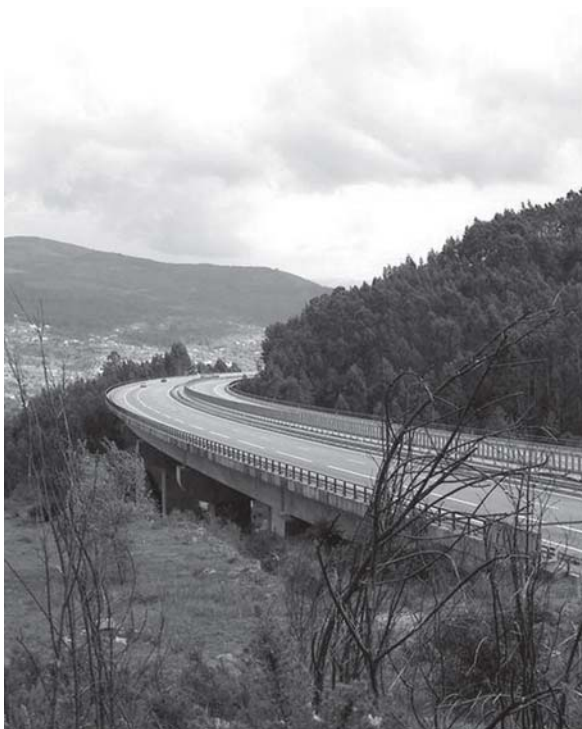
Governos do PSD descapitalizaram sistema rodoviário

Com o actual Governo o sistema rodoviário em Portugal irá ter a curto/médio prazo “uma gestão sustentada, sustentada e solidária”, afirmou o deputado socialista Fernando Cabral, numa intervenção no Parlamento onde acusou os executivos do PSD de “má memória” de terem “descapitalizado o sistema rodoviário”.

Falando durante o debate sobre modelos de financiamento e gestão do sistema rodoviário proposto pelo PSD, o deputado socialista acusou o partido liderado por Marques Mendes de continuar a “bater no ceguinho” ao tentar passar a ideia de que tudo se resolveria com a aplicação das portagens nas SCUT.

Já o PS, disse o presidente da Federação da Guarda, reafirma o que sempre tem dito sobre as SCUT, ou seja, que estas “deverão permanecer como vias sem portagem enquanto se mantiverem as condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implementação”.

E em defesa da aposta iniciada



no Governo de António Guterres nas chamadas auto-estradas sem custos para os utilizadores, Fernando Cabral afirmou que “se Portugal, nomeadamente dois terços do território nacional e respectivas populações, tivessem tido a infelicidade de só terem conhecido o PSD no poder, ainda hoje uma viagem da Guarda a Lisboa demoraria cinco horas em vez das actuais”.

Com o PSD no poder, continuou, “dois terços do nosso território não teria rodovias modernas, seguras e rápidas” e “não haveria auto-estradas nas regiões desfavorecidas porque o Orçamento de Estado não teria capacidade para as financiar”.

Só que, referiu o deputado socialista, “felizmente para os portugueses, principalmente para os que residem mais longe da capital, houve um Governo do PS que decidiu lançar o sistema SCUT”, cujas vantagens “são enormíssimas”.

Assim, apontou Fernando Cabral, este sistema permitiu “infra-estruturar grande parte do país com modernas auto-estra-

das, com as vantagens inerentes à coesão nacional e territorial”.

As SCUT, acrescentou, “têm um papel catalizador dos processos de desenvolvimento económico e social”, já que “reduzem as assimetrias regionais, aumentam as potencialidades de investimento privado, melhoram a qualidade do serviço prestado, minimizam o esforço financeiro do Estado e aceleram a execução do Plano Rodoviário Nacional”.

De facto, e ao contrário do que aconteceu durante os governos PSD de 85 a 95 em que as poucas auto-estradas construídas o foram aos “bochechos”, o deputado do PS salientou que “as SCUT ofereceram, com 15 anos de antecedência, a melhoria de circulação de pessoas e bens, a redução dos tempos de percurso, a redução dos custos de transporte, melhor qualidade ambiental, e sobretudo, uma grande redução da sinistralidade rodoviária, com os inerentes benefícios sociais e económicos”.

J. C. C. B.

Promoção e valorização dos bordados de Castelo Branco

Defender os bordados de Castelo Branco, a sua autenticidade e tipicidade, salvaguardando a possibilidade de adulteração, de forma a fazer face ao risco de massificação e usurpação desta arte pelo fenómeno da globalização é o objectivo central de um projecto-lei apresentado pelo PS na Assembleia da República.

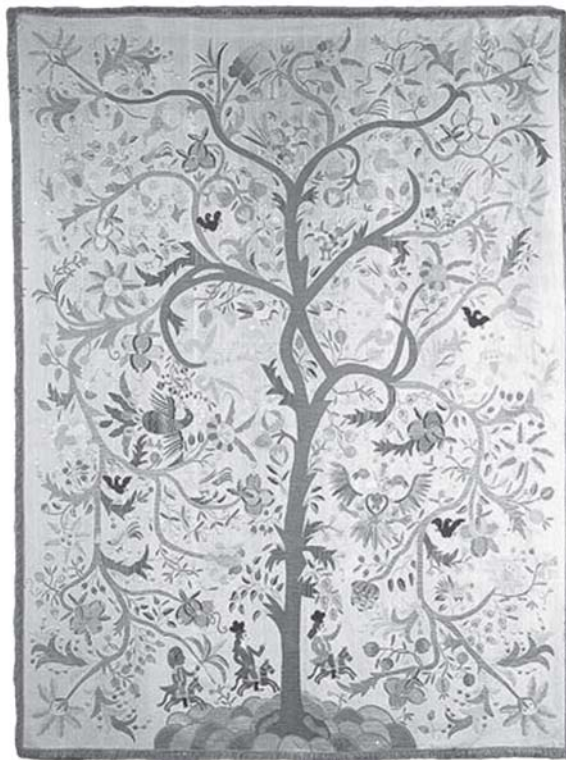
Referindo que os bordados de Castelo Branco são “uma referência” da cidade e de toda a região, a deputada socialista Hortense Martins considerou que este potencial, “devidamente promovido e salvaguardado”, constitui “um elemento valiosíssimo do património cultural” e “um elemento gerador de valor acrescentado”.

Daí que, adiantou, se torne “mais urgente salvaguardar não só a actividade em si, perseverando estes elementos da nossa cultura, como sobretudo tirar partido, deste nosso potencial, gerando mais-valias”.

Com este diploma, salientou a deputada socialista, estão assim criadas as condições para que “se torne possível defender um produto histórico numa área geográfica bem definida, impedindo-se a sua apropriação indevida”.

Para o efeito, disse, pretende-se criar um Centro para a Promoção e Valorização dos Bordados de Castelo Branco, com funções de certificação, controlo da qualidade, formação e estudo, e assegurando uma promoção mais efectiva, “o que muito poderá potenciar a procura destas peças, assim como a sua valorização”.

Assim, concluiu a deputada Hortense Martins, esta iniciativa visa também valorizar esta actividade artesanal, como



um importante contributo para uma área económica com grande potencial como é o turismo, “uma vez que se trata de um dos elementos da nossa memória, da

nossa cultura e do nosso património, que não podemos desprezar, bem pelo contrário, devemos valorizar”.

J.C.C.B.

PS/Guarda saúda novos investimentos na região

A Federação do PS/Guarda congratulou-se com os investimentos anunciados na área da produção de energia eólica para a região, pelo que “eles representam para um maior e melhor desenvolvimento” da Guarda e “a melhoria da qualidade de vida” das populações.

O consórcio Novas Energias Ibéricas anunciou a construção de várias unidades industriais ligadas à produção de energia eólica, estando destinado à Guarda o fabrico das torres, a montagem dos aerogeradores e o centro de logística.

Em comunicado, os socialistas salientam que “este investimento infra-estruturante, sustentado e sustentável é o mais importante investimento privado que se localiza na Guarda nas últimas décadas”.

Através desta iniciativa, refere a Federação socialista, “serão criados muitos postos de trabalho directos e indirectos e os consequentes projectos a montante e a jusante”, dando-se também “visibilidade à Guarda e às suas potencialidades geoestratégicas”.

O comunicado lembra ainda que “estas novas unidades correspondem a um dos compromissos eleitorais do PS” nas campanhas eleitorais para as legislativas e autárquicas de 2005. Os socialistas da Guarda sublinham também que “só o relançamento duma política governamental de incentivo à produção de energias alternativas encoraja estes investimentos”.

Portugal vai produzir vacinas antigripais

EMPREGO QUALIFICADO

Vamos estar entre os dez principais fabricantes mundiais de vacinas antigripais

J. C. CASTELO BRANCO



O projecto, que fará de Portugal o décimo fabricante mundial de vacinas antigripais, beneficia de apoios estatais no âmbito da

formação profissional, criação de postos de trabalho e benefícios fiscais, associa os ministérios da Saúde, Economia e Inovação e a

abastecer cerca de 60 por cento do mercado nacional de vacinas contra a gripe sazonal, a partir de meados de 2008.

Além de garantir a auto-suficiência do país, a futura unidade fabril poderá vir a exportar vacinas antigripais, a partir de 2007.

Ao intervir na cerimónia, o titular da pasta da Saúde destacou o “interesse nacional” do projecto, que pode ainda beneficiar outros países, designadamente aqueles com os quais “temos um relacionamento privilegiado”.

Por sua vez, Mariano Gago considerou “particularmente gratificante” que “o investimento feito pelo menos ao longo de duas décadas em química, bioquímica,

biologia, biomedicina, e nas áreas da biotecnologia começa a ter os seus frutos”.

Segundo o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, “este tipo de investimentos só é possível porque se acumulou em Portugal e em portugueses que trabalham em Portugal e no estrangeiro competências muito avançadas nesta matéria e, sobretudo, porque houve uma convivência sistemática entre empresários e cientistas e que hoje encontram finalmente a massa crítica para resolver problemas efectivos e oportunidades de trabalho e de negócio”.

Casamento entre indústria e investigação

Já o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, realçou o significado do projecto que se insere no Plano Tecnológico e representa “um casamento muito importante entre a investigação e a indústria”.

“Era bom que o Plano Tecnológico fosse um milagre, que se carregasse num botão e saísse imediatamente o resultado. Não é: é um esforço transversal e aqui está uma prova”, afirmou, destacando a colaboração entre os ministérios e a Agência Portuguesa para o Investimento (API) neste projecto, que é também “uma prova de vitalidade da zona Centro”.

Tecnologia

Equipada com tecnologia de ponta, a fábrica de Condeixa-a-Nova apostará em cientistas portugueses e terá capacidade para produzir 40 mil doses da vacina interpandémica trivalente. Em oito meses, a produção da nova unidade industrial poderá satisfazer as necessidades de 63 por cento do mercado nacional.

Vacina

A vacina antigripal só é produzida actualmente na Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, França, Holanda, Itália e Japão. Com a nova unidade industrial de Condeixa-a-Nova, Portugal passa a ser o décimo fabricante do mundo de vacinas antigripais.

Aproximar os centros de saúde das populações

O Plano de Requalificação das Urgências “não é uma decisão distrital, mas sim nacional e por isso a tomar em conjunto”, disse o ministro da Saúde, garantindo que nenhuma urgência será fechada sem que haja alternativas em funcionamento.

“Vamos fazer outras visitas pelos distritos, de forma a confrontar o mapeamento técnico a nível central com o mapeamento específico local”, afirmou no dia 27, Correia de Campos, numa conferência de imprensa destinada a fazer o balanço de um périplo de três dias pelo distrito de Viseu.

O ministro realçou que “cada caso é um caso e as soluções genéricas baseadas em régua e esquadro nem sempre são as melhores”, justificando assim a visita ao distrito de Viseu e as que irão decorrer pelo resto do país.

Correia de Campos explicou que esta reforma tem por “objectivo aproximar os Centros de Saúde das populações”, criando-se as Unidades de Saúde Familiar.

O ministro considera que muitos dos actuais Serviços de Atendimento Permanente (SAP) são “uma falsa segurança para as populações” e uma despesa injustificada para o Estado, já que em muitos casos não são mais do que um prolongamento do horário de consultas normal para quem não consegue ser visto pelo médico durante o dia.

A reconversão de alguns centros em Unidades de Saúde Familiar – mais pequenas, com horários alargados e um pagamento aos médicos por doentes aten-



didos – deverá, segundo Correia de Campos, resolver esta questão.

Esta transformação vai ter lugar já em alguns centros de saúde do distrito de Viseu, nomeadamente no Centro de Saúde

II, que “vamos tentar aproximar das populações através de três novas unidades de saúde familiar, em Rio de Loba, Orgens e Abraveses”, anunciou.

Sobre o distrito de Viseu, Correia de

Campos disse que “estão em fase de conclusão obras no sector da saúde no valor de 2,3 milhões de euros, além de financiamento aprovado no valor de 11,9 milhões de euros. Até 2008 o valor ascenderá até 18,5 milhões de euros”.

Uma das obras anunciadas até 2010 é a construção do Hospital Distrital de Lamego, no valor de 40 a 50 milhões de euros, que o titular da pasta da Saúde considera “de grande importância”.

Despesas controladas

Entretanto, no dia 25 de Janeiro, em Coimbra, o ministro da Saúde anunciou que as despesas orçamentais do sector vão crescer menos 1,1 por cento do que estava inicialmente previsto, classificando este resultado como “um sinal positivo” de várias medidas de contenção.

Para Correia de Campos, que falava na cerimónia de tomada de posse do novo conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, este “sinal positivo foi dado de muitas formas: na contenção na terapêutica hospitalar e no ambulatório, nos meios complementares de diagnóstico e, embora em menor escala, nas despesas com pessoal”.

E acrescentou: “Estamos no princípio de uma longa caminhada para a racionalização, mas não me consta que, com esta revisão em baixa, ao fim de seis meses, os doentes portugueses tenham sido mais mal tratados”.

Combate à fraude permitirá recuperar 350 milhões de euros este ano

FISCALIZAÇÃO

Animado pelos excelentes resultados de 2005, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social reforça medidas para continuar a fiscalizar e combater as fugas e fraudes no sistema.

MARY RODRIGUES

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, anunciou como objectivo a atingir em 2006 a recuperação de 350 milhões de euros em contribuições para a Segurança Social através da execução de 475 mil acções de fiscalização a contribuintes e beneficiários de prestações sociais.

Vieira da Silva falava, no passado dia 18, numa conferência de Imprensa em que apresentou o balanço do plano de combate à fraude e evasão contributivas e prestações implementado ao longo do ano passado, saudando o facto da Segurança Social ter recuperado cerca de 300 milhões de euros em 2005.

O montante recuperado supera em cerca de 50 milhões de euros a meta prevista pelo Governo no orçamento rectificativo, um montante que espelha de modo satisfatório os efeitos positivos que tem tido o “esforço de moralização do sistema” motivado pelo plano accionado pelo Governo socialista.

“São resultados que influenciaram positivamente o comportamento global da Segurança Social”, afirmou o governante, para quem o dado mais relevante destes números é a evolução das contribuições, pois “o crescimento excede claramente o que terá sido o crescimento da economia e da massa salarial”.

Para atingir a meta deste ano, a



tutela vai introduzir algumas alterações no plano de combate, entre as quais se destacam quatro: a articulação mais intensa com o sistema fiscal; um novo modelo de gestão de dívidas e da relação contributiva das empresas com a Segurança Social, a intervenção em circuito (*ver caixa*) e maior ligação com o Ministério da Saúde, prevenindo-se o alargamento a todo o país do sistema de envio electrónico em tempo real, dos centros de saúde para a Segurança Social, dos certificados de incapacidade temporária.

Este mecanismo permitirá não só pagar de forma mais célere os subsídios de doença, mas também accionar imediatamente a fiscalização da baixa.

Assim, para este ano estão previstas 232.500 notificações e acções de fiscalização a contribuintes.

Junto dos beneficiários de prestações sociais, Vieira da Silva informou que serão desenvolvidas 242 mil acções de fiscalização.

Destaque-se igualmente o aumen-

to em 47 por cento do número de convocatórias para juntas médicas (180 mil), enquanto o número de notificação a trabalhadores independentes regista uma diminuição muito significativa, passando de 278.859 em 2005 para 150.000 em 2006, o que, segundo o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, é justificado pela melhoria do comportamento dos incumpridores.

O ministro Vieira da Silva referiu ainda que uma das metas definidas para este ano é a aplicação de um novo modelo de gestão da dívida, com o qual o Governo prevê recuperar cerca de 160 milhões de euros, o que traduz um aumento de 42,5 por cento, face a 2005.

Recorde-se que o plano de combate à fraude e evasão contributivas e prestações foi apresentado em Abril pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social em nome “da equidade, solidariedade e rigor”.

Cinco instrumentos inovadores

Gestão da dívida

Alerta em caso de irregularidade, havendo reforço dos acordos prestacionais com devedores.

Serviço on-line

Beneficiários poderão consultar e vigiar a sua situação contributiva no serviço on-line da Segurança Social, controlando-se desta maneira a subdeclaração de rendimentos por parte das empresas.

Cruzamento de dados

Será criada rotina de validação mediante troca automática de informações com o Ministério das Finanças.

Recursos humanos

Um total de 40 novos funcionários serão destacados para reforço dos serviços de execução de processos.

Fiscalização

Acções com o fisco, centros de saúde, Inspeção-Geral de Trabalho e IEFP.

Os quatro passos da intervenção em circuito

1. Será aplicada uma lógica selectiva, privilegiando os grupos de risco.
2. Os beneficiários serão notificados para comprovação da situação de doença, desemprego ou de rendimentos. As empresas serão também notificadas para apresentarem declarações de remunerações em falta ou tendo em vista a regularização voluntária de dívidas.
3. Proceder-se-á ao cruzamento de dados e a visitas presenciais que terão carácter imediato sempre que houver notificações sem resposta.
4. A confirmarem-se as fraudes ou fugas, as prestações sociais em causa serão suspensas, podendo ainda ser decidida a sua cessação definitiva, e haverá uma nota para a reposição dos pagamentos indevidos que entretanto tenham sido efectuados. Já no caso das empresas, haverá lugar a penhoras automáticas dos bens ou a instauração de processo-crime. **M.R.**

Plano nacional para melhorar a mobilidade dos deficientes

A eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios e equipamentos colectivos, a abertura de 400 estágios em empresas privadas, a construção de 20 unidades residenciais e a reabilitação profissional de 800 cidadãos vítimas de acidentes de trabalho são algumas das propostas avançadas pelo Governo para dar uma resposta integrada aos problemas das pessoas com deficiência.

As medidas constam do I Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência, cujo anteprojecto foi apresentado no dia 1, em Lisboa, pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, e pela secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz.

Durante a apresentação das medidas do plano (*ver caixa*), Idália Moniz classificou-as como um “marco nas políticas sociais”,

sublinhou que “é a primeira vez que se faz uma leitura integrada dos problemas das pessoas com deficiência, é a primeira vez que se analisa o mercado onde se inserem e que uniformizam os conceitos de reabilitação e de deficiência”.

Na área do emprego, o Governo pretende abrir 400 estágios em empresas, estando igualmente prevista a formação complementar em empreendedorismo para a criação do próprio emprego e um projecto-piloto para reintegrar profissionais vítimas de acidentes de trabalho.

A nível da educação, o plano prevê a introdução em 2007/2008 de uma programa curricular de língua gestual portuguesa, com cobertura de toda a população escolar surda do ensino básico e secundário, e atingir em 2009 o universo de 700 alunos cegos e com baixa visão com oferta de manuais escolares e de

livros de leitura extensiva em formato digital

Outra das vertentes contempladas no plano é a qualificação profissional, estando prevista a criação, a nível nacional, de seis centros de certificação de competências para a formação de adultos com deficiência ou incapacidade.

Para as pessoas com maior dependência, serão criados, até 2009, 550 novos lugares em lares residenciais, enquanto para os cidadãos com maior autonomia o plano prevê a construção de 20 unidades residenciais em que cinco pessoas irão partilhar um apartamento.

Está previsto ainda um plano nacional para a promoção de acessibilidade a aprovar em Conselho de Ministros até Junho deste ano e que visa eliminar as barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e de habitação. **J.C.C.B.**

Propostas

- Acções de formação com autarquias, profissionais de turismo e comunicação social.
- Introdução de programa curricular de língua gestual portuguesa.
- Oferta de manuais escolares adequados a 700 alunos cegos em 2009.
- Plano nacional para a promoção da acessibilidade.
- Criação de seis centros de certificação de competências.
- Formação contínua ao longo da vida a 9500 pessoas portadoras de deficiência.
- Abranger 800 pessoas em projectos de retorno ao trabalho em 10 centros de reabilitação profissional.
- Formação complementar em empreendedorismo.
- 400 estágios em empresas nacionais.
- Criação da figura do técnico de referência na Segurança Social para apoio personalizado.
- Construção de 20 unidades residenciais.
- Novo modelo de atribuição e de financiamento de ajudas técnicas.
- Duplicação do número de crianças sinalizadas e apoiadas em especial até aos 3 anos.
- Criação de um sistema integrado de informação estatística e de um conselho científico para a deficiência.

Programa Finicia canaliza 114 milhões para expansão das PME

EMPRESAS E NEGÓCIOS

O Governo socialista vai activar três instrumentos de apoio e acompanhamento das diferentes fases do ciclo de vida de unidades empresariais e pequenos negócios.

MARY RODRIGUES



64 milhões de euros de recursos públicos e 50 milhões de recursos privados.

As fontes de financiamento públicas que sustentam este primeiro instrumento de apoio ao empreendedorismo são o Fundo de Sincronização do capital de Risco e o Fundo de Contra Garantia Mútua, capitalizados por sua vez com dotações do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia).

O IAPMEI realça que o financiamento complementar será assegurado pelas entidades públicas e privadas em regime de parceria.

Privilegiando projectos com forte conteúdo de inovação (que poderão ser financiados em 85 por cento num montante global máximo de 2,5 milhões de euros), o Finicia prevê também apoios para negócios emergentes de pequena escala, com financiamentos até 100 por cento em projectos até 25 mil euros e até 90 por cento em projectos cujo investimento inicial não vá além dos 45 mil euros.

Neste caso, serão disponibilizados dois produtos de financiamento: o microcrédito (destinado exclusivamente a micro empresas de até nove trabalhadores) e o

microcapital (para iniciativas no âmbito do fomento do espírito empreendedor, em particular as oriundas do meio académico, cujo investimento de arranque não ultrapasse os 50 mil euros).

Serão ainda apoiadas, no âmbito do Finicia, iniciativas empresariais de interesse regional (até 100 por cento em investimentos no máximo de 45 mil euros).

E porque o crescimento económico não se faz apenas com o investimento estrangeiro, Castro Guerra frisou que os programas em curso ajudarão as pequenas e médias empresas portuguesas a darem “saltos na cadeia de valor” e fazer “emergir realidades novas”.

Sublinhando que o país não pode prescindir das PME no objectivo de aumentar as exportações, o governante lamentou que as grandes empresas não arremetiam à sua volta empresas de menor dimensão e exortou os jovens que saem das universidades e das escolas profissionais a não ficarem à espera de um emprego, aconselhando-os a serem “ambiciosos” e “donos do seu destino” tornando-se empresários.

Depois do lançamento oficial

do Finicia, a equipa do IAPMEI partiu para um ciclo de visitas às universidades e outras entidades de base local. A primeira sessão aconteceu na Universidade de Aveiro.

“Queremos fazer um levantamento nacional de ideias empre-

endedoras” que venham a transformar-se em negócios, declarou Castro Guerra, adiantando que o IAPMEI vai “missionar o país para mobilizar os actores” para organizar e dar corpo a “projectos difusos” através do Finicia.

Finicia

- Dirige-se ao primeiro segmento do ciclo das empresas, isto é o seu arranque, privilegiando projectos com forte conteúdo de inovação, negócios emergentes e de pequena dimensão e iniciativas de interesse regional.
- Tem por missão incentivar as redes de agentes de empreendedorismo, fomentar a capitalização das empresas e o acesso ao crédito, mediante a valorização do sector informal de capital de risco, e contribuir para a fluidez na transferência de conhecimento dos centros de saber para as PME.

Fincores

- Activa-se na segunda fase da vida das empresas, ou seja, quando os negócios encetam uma nova etapa de desenvolvimento, diversificação da actividade, investimento e internacionalização.
- Destina-se a dar apoio ao crescimento e consolidação de lideranças e a atender às necessidades das PME com processos de crescimento em curso.
- O primeiro passo deste programa será a atribuição do estatuto PME Excelência, cujo relançamento está agendado para este ano. Neste sentido, decorrem já negociações com banca para que sejam garantidas condições de financiamento favoráveis às pequenas e médias empresas seleccionadas pelas entidades do Ministério da Economia e do sector financeiro.
- O retomar do PME Excelência visa também atenuar o impacto da entrada em vigor do Acordo Basileia II sobre as empresas nacionais.
- Este programa terá ainda como segmento alvo as empresas que beneficiam do SIME (principal sistema de investimentos do PRIME), visando-se para ele também um tratamento diferencial da banca, tendo em conta que nele se inscrevem projectos a que o Estado reconhece mérito.

Fintrans

- Visa apoiar o processo de renovação de empresas em dificuldades e a transmissão de propriedade, bem como dos ganhos de eficiência, impedindo que percam competitividade ao ponto de caírem no âmbito de acção do AGIIRE (Gabinete de Intervenção Integrada para Reestruturação Empresarial).
- Abrange unidades empresariais em fim de vida que necessitam revitalização.
- Incentivará os MBO e MBI.

M.R.

Nova lei reforça transparência e responsabilidade

POLÍTICA CRIMINAL

A lei-quadro que define as prioridades da política criminal foi aprovada pela Assembleia da República, no passado dia 26, com os votos favoráveis da bancada parlamentar socialista.

Na discussão da proposta do Executivo do PS que ocorreu na véspera, o ministro da Justiça defendeu que o diploma cria instrumentos para que periodicamente haja uma avaliação e uma prestação de contas em relação à política criminal.

“A proposta que apresentamos está do lado do princípio da responsabilidade, quer na vertente da resposta aos problemas, quer na vertente fundamental da prestação de contas”, disse Alberto Costa, garantindo de imediato que será totalmente preservada a autonomia do

Ministério Público (MP) e a independência dos tribunais.

Segundo referiu Alberto Costa, a lei-quadro em questão cria condições para dar “mais coerência, mais eficácia e mais eficiência no emprego de meios a uma linha extensa de actuação sobre o fenómeno criminal”, recordando que o actual sistema claudica precisamente “em sede de responsabilidade”, sendo por isso imperativo gerar condições e instrumentos para que possa “haver periodicamente uma prestação de contas”

“A falta de orientações definidas, legitimadas e transparentes e a ausência de instrumentos de avaliação que permitam objectivar a prestação de contas configuram, em democracia, uma situação insatisfatória”, venceu o governante, considerando depois os mecanismos de

definição da responsabilidade como “parâmetro central para avaliar a qualidade das instituições em democracia”.

Alberto Costa salientou igualmente que o diploma está “também do lado do princípio da transparência”, uma vez que as opções serão aprovadas no Parlamento, “não ficando as escolhas, os resultados ou a ausência deles a cargo de contingências insindicaíveis”.

“A proposta – continuou – segue ainda o princípio da eficiência”, já que “num contexto em que os meios serão sempre escassos, há prioridades que devem ser assumidas e publicamente legitimadas”.

Assegurando que o princípio da legalidade – segundo o qual, a cada crime corresponde um processo – “permanece intocável e ficará mais protegido do risco inerente a escolhas não legitimadas”, o

ministro da Justiça frisou ainda que o diploma “encara pela primeira vez o fluxo criminal do princípio ao fim, do momento inicial da prevenção até ao da reinserção social, passando pela investigação, acção penal e até pela execução de penas”.

Em sede de execução, as prioridades aprovadas pelo Parlamento serão – apontou – assumidas pelo MP e pelos órgãos de polícia criminal.

“Na esfera de acção do Ministério Público, cabe ao procurador-geral da República emitir directivas, ordens e orientações destinadas a fazer cumprir as resoluções sobre política criminal”, explicou, acrescentando que caberá igualmente ao MP “identificar ao processos concretos abrangidos pelas prioridades na investigação criminal”.

M.R.

Microcrédito é um instrumento contra o desemprego e a pobreza

Destinado a apoiar os pequenos negócios, o microcrédito foi introduzido em Portugal em 1998. Desde então, já foram concedidos mais de 500 empréstimos num valor global de cerca de 2,3 milhões de euros, tendo ajudado a criar mais de 230 postos de trabalho. O Governo prepara-se agora para aprovar um conjunto de incentivos fiscais na previsão óbvia de um aumento da procura.

O recurso ao microcrédito tem vindo a subir em Portugal. Consciente desta realidade, o Governo resolveu criar um conjunto de incentivos fiscais destinados a financiar os promotores de pequenos projectos empresariais.

Como recordou o ministro Vieira da Silva, durante a conferência "O Microcrédito Passado e Futuro: Certezas e Desafios", realizada nas instalações do Pólo Tecnológico de Lisboa, o microcrédito gerou em 2005 cerca de 180 novos postos de trabalho, através de 153 empréstimos concedidos, constituindo por isso, como sublinhou, "uma ferramenta essencial para o aumento do emprego", ajudando ainda, por outro lado, a contribuir para a inclusão e o desenvolvimento social.

Por isso, o Executivo socialista encara este instrumento financeiro, como também defendeu o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, como um excelente meio para que as pessoas com mais fracos recursos económicos, e por isso sem condições para poderem aceder a um crédito normal, possam através do recurso ao microcrédito criar a sua própria actividade económica.

Num país a braços com uma taxa de desemprego ainda bastante preocupante, a introdução deste instrumento financeiro, com resultados já bastante assinaláveis em Portugal – recorde-se que a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) concedeu em seis



anos de actividade, mais de 500 empréstimos no valor aproximado de 2,3 milhões de euros, – pode representar um factor importante para o aumento do rendimento e do emprego, constituindo mesmo, como também assinalou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, igualmente presente neste encontro, um instrumento "eficaz para a reinserção dos indivíduos e das famílias".

Isto mesmo atestam os números que nos dizem que o recurso ao microcrédito por parte de pequenos empresários aumentou cerca de 142 por cento no ano passado, face a 2004, para 153 processos que totalizaram um volume de crédito concedido de 693,73 mil euros, o que traduz uma subida de 119 por cento.

Por outro lado, como também foi tornado público neste encontro, o número de postos de trabalho entretanto criados em 2004 e 2005, como resultado directo da ajuda do microcrédito, ascendeu a perto de 230, valores que levaram Vieira da Silva a considerar o desempenho do microcrédito como um elemento altamente promissor e justificativo para que o Governo encontre os mecanismos e incentivos apropria-

dos de modo a tornar este instrumento financeiro como um recurso ainda mais apetecível e de mais fácil acesso a um maior número de famílias e de pequenos promotores.

Valorizar os pequenos negócios

O microcrédito é um instrumento de combate à pobreza e exclusão social, que pretende através do empréstimo de uma verba não superior a 5 mil euros, ajudar a criar uma actividade económica a pessoas que, por falta de garantias, não têm acesso a um crédito bancário normal para poderem desenvolver o seu próprio negócio, mas que apesar deste factor, demonstram possuir capacidade de iniciativa.

Trata-se pois de uma ferramenta que valoriza a capacidade de iniciativa na criação de condições de desenvolvimento de pequenos negócios, permitindo assim a quem a ele recorre, uma efectiva inserção no mundo do trabalho.

Com base nesta realidade, e assumindo o papel fundamental que o microcrédito já representa para uma fatia significativa da

população portuguesa, o ministro Vieira da Silva garantiu que o Governo está já a preparar um conjunto de medidas para "ampliar a via do microcrédito" de modo a melhor apoiar, do ponto de vista fiscal e técnico, estes pequenos negócios.

Neste sentido, referiu o ministro, "estamos a estudar a hipótese de eles poderem ter, para além de estímulos financeiros, um tratamento mais favorável", lembrando o responsável pela pasta do Trabalho e da Solidariedade Social, que o "auto-emprego é mais eficaz, mais rentável e produz mais e melhor desenvolvimento, para além de acarretar menos custos para a sociedade e para o Estado".

O distrito de Lisboa foi o que registou maior número de empréstimos concedidos, 209, seguido do Porto, com 61, Setúbal com 45 empréstimos concedidos, e Leiria com 42.

As áreas de negócios apontam para os serviços com 16,8 por cento dos empréstimos concedidos, seguido do sector da restauração com 12,8 por cento.

R.S.A.

Empresas com a vida mais facilitada

O Governo vai aprovar um decreto-lei que tornará a celebração de escrituras públicas facultativa para todos os actos da vida das empresas.

Passo a passo, o Governo vai cumprindo o que prometeu aos portugueses. Desburocratizar e modernizar o tecido económico português num período de tempo tão curto quanto a urgência da situação obriga. A aposta, como o primeiro-ministro não se cansa de repetir, passa, de imediato, entre outras medidas, pela criação um ambiente favorável às empresas e ao investimento, ajudando deste modo a potenciar novos e antigos negócios, contribuindo para a projecção do país e aumentando os padrões de qualidade e de competitividade da nossa economia.

Neste sentido, o primeiro-ministro tornou pública a intenção do Executivo de aprovar até ao final do mês de Janeiro um decreto-lei tendo em vista introduzir um conjunto de novas regras, de forma a facilitar a vida às empresas que passarão a não ter que se deslocar, com as inevitáveis percas de tempo, aos notários quando houver necessidade de se proceder a alterações nos seus estatutos como seja o caso, por exemplo, na mudança de sócios, de sede ou alterações de capital.

Logo que esta legislação entre em vigor, como sublinha o Governo, às empresas bastará registar esses e outros actos na Conservatória do Registo Comercial, passando a escritura pública para alteração de estatutos a ser, como referiu o primeiro-ministro, uma mera acção facultativa.

Até agora, lembra o secretário de Estado da Justiça, Tiago Silveira, existem dois controlos de legalidade sobre os actos da vida das empresas. Por um lado, têm que realizar uma escritura pública, o que é feito num qualquer notário, mas simultaneamente têm ainda que se deslocar a uma Conservatória do Registo Comercial para legalizarem a sua empresa e assim tornar oficial o acto de constituição ou alteração dos estatutos.

Ora, é com este cansativo e desgastante circuito que o Governo quer acabar tornando a escritura um acto facultativo.

Recorde-se que esta medida vem no seguimento de outras já desenhadas e postas em prática pelo Governo, e que visam facilitar o relacionamento das empresas com a justiça, como seja o caso da "Empresa na Hora" ou o recente sistema de publicação dos actos de vida das empresas.

Segundo o Governo, os actos que passam a ser dispensados de escritura são, entre outros, a constituição de sociedade comercial, alteração dos estatutos de sociedade comercial, aumento de capital social, aumento de capital, resultante da conversão de obrigações em acção em SA, quer por novas entradas, quer por incorporação de reservas, redução de capital, alteração da firma, seja no objecto na sede ou da sociedade.

R.S.A.

O que é o microcrédito

O conceito nasceu há 30 anos no Bangladesh, um país assolado pela fome, quando Muhamad Yunus se deu conta que o acesso a 27 dólares era o bastante para que um grupo de 40 mulheres artesãs pudesse fugir à ganância dos agiotas, que as mantinham permanentemente endividadas. Foi assim que nasceu o Grameen Bank, cuja regra básica é conceder crédito a quem tem a ideia de um pequeno negócio de subsistência mas não tem acesso à banca tradicional, porque é pobre e não tem garantias. A Portugal este conceito, só chegou 23 anos depois, em 1999, por iniciativa da Associação Nacional de Direito ao Crédito, um grupo de cidadãos maioritariamente voluntários, que tem como missão ajudar pessoas em situação de pobreza a preparar um projecto, estudar a sua viabilidade, e apresentá-lo à banca, através de protocolos especiais que consagram taxas de juro baixas e períodos amortização especiais. O montante máximo dos empréstimos é de 5 mil euros, mas deverá passar para os 10 mil euros este ano.



Lançados concursos para novas centrais de biomassa

ENERGIA

Portugal tem como objectivo produzir até 2010 cerca de 100 megawatts de energia eléctrica proveniente da biomassa. Nesse sentido, o Governo acaba de anunciar o lançamento de um concurso tendente à construção de pelo menos dez novas centrais de aproveitamento energético de resíduos florestais.

O Governo aprovou a disponibilização de uma verba de 30 milhões de euros em incentivos para projectos tendentes ao desenvolvimento de energias renováveis na área do biocombustível e da biomassa.

Neste sentido, anunciou o primeiro-ministro, durante uma sessão pública realizada no Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação (INETI), que serviu para tornar pública uma resolução aprovada em Conselho de Ministros, e que contou ainda com a participação dos ministros da Economia, da Agricultura e do Ambiente, foi aprovado o lançamento de um concurso para, pelo menos, como foi referido, dez novas centrais de produção de electricidade a partir da biomassa florestal, num investimento total estimado em 225 milhões de euros, centrais que se espera possam produzir cerca de 100 megawatts de potência em biomassa.

Decidiu ficar igualmente, por parte do Executivo, a criação de um centro de investigação e desenvolvimento na área do biogás e do hidrogénio.

Anunciado, pelo primeiro-ministro, foi igualmente que se vai avançar com a certificação energética de edifícios, medida que obrigará ao reordenamento dos regulamentos actualmente existentes, permitindo, deste modo, que de forma gradual se torne corrente a instalação de painéis solares térmicos nos edifícios, quer sejam destinados a escritórios, quer os



construídos para habitação.

Por outro lado, também a energia oriunda das ondas está a merecer especial atenção por parte do Governo, enquanto mais uma energia renovável, estando neste caso prevista a criação de uma zona piloto destinada à elaboração de projectos nesta área.

Estas e outras medidas, entretanto já anunciadas, fazem parte de uma política mais vasta que tem a ver com a aposta decisiva do Executivo no desenvolvimento das energias renováveis, iniciativa que se integra na Estratégia Nacional para a Energia, uma área significativa do Plano Tecnológico.

Para o Executivo socialista, liderado por José Sócrates, o objectivo primordial que levou à aprovação destas e de outras medidas, no campo do aproveitamento e melhorias energéticas, entretanto também já anunciadas, tem em vista, por um lado, a criação de mecanismos capazes de ajudarem ao aproveitamento sério das energias renováveis, contribuindo para o país consiga diminuir, num curto espaço de tempo, a sua dependência energética, factor que actualmente constitui uma das maiores fatias

Foi aprovado o lançamento de um concurso para dez novas centrais de produção de electricidade a partir da biomassa florestal, num investimento total estimado em 225 milhões de euros

da despesa pública, e, por outro lado, como o Governo não deixa de recordar, ao se apostar neste tipo de energia, o país está igualmente a melhorar as suas emissões de carbono, respondendo assim às directrizes aprovadas no protocolo de Quioto.

O Governo espera agora com a abertura deste concurso, destinado à construção de dez centrais de produção de electricidade através do aproveitamento de resíduos florestais, que o tarifário se situe nos 1,05 euros por megawatt, não podendo ultrapassar os 10 megawatts de potência cada unidade fabril.

Esta limitação, justifica o Executivo, permitirá que possam surgir no mínimo 10 centrais, podendo eventualmente este número sofrer alguns ajustamentos para cima, se forem atribuídas licenças a cen-

trais de menor potência.

Recorde-se que Portugal, tem-no sido dito e por diversas vezes pelo actual Governo socialista, tem como objectivo atingir já em 2010 uma meta de 150 megawatts de energia eléctrica produzida através da biomassa.

Presentemente existem unicamente duas centrais termoeléctricas que estão ligadas à rede eléctrica nacional que utilizam a biomassa florestal, uma em Mortágua e outra em Vila Velha do Ródão.

Ainda em relação às energias alternativas, o ministro da Economia, Manuel Pinho, anunciou nesta sessão pública realizada no INETI, que apenas falta concluir o concurso das eólicas, cujo prazo de entrega de candidaturas, recordou, terminou no final do mês de Janeiro, e ainda os decretos regulamentares respeitantes ao gás e à electricidade. Quando tudo isto estiver concluído, disse o ministro da Economia, teremos finalmente completado "o edifício energético desenhado pelo Governo".

Insenção sobre produtos petrolíferos

Entretanto, o Conselho de Ministros aprovou um regime de isenções parciais ou totais do imposto sobre os produtos petrolíferos energéticos aos biocombustíveis, no quadro da lei do Orçamento. O valor desta isenção varia e é fixado entre os 280 e 300 euros por cada 1000 litros. Como refere o Governo, este valor da isenção é definido de forma a não conduzir a uma sobrecompensação dos custos adicionais associados à sua produção, sendo concedida aos operadores económicos, por um período máximo de seis anos. O total das quantidades a isentar é de em 2006 de 2 por cento, em 2007 de 3 por cento, e entre 2008 e 2010 de 5,75 por cento. Os pequenos produtores beneficiarão de isenção total de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos até ao limite máximo global de 15 mil toneladas.

R.S.A.

As novas apostas energéticas

Biomassa

O Governo vai lançar concursos para pelo menos dez centrais de produção de electricidade a partir de biomassa florestal. O objectivo é retirar cerca de um milhão de toneladas de biomassa das florestas portuguesas, que reduzirão significativamente o risco de incêndio. O investimento estimado é de 225 milhões de euros. A potência global rondará os 250 megawatts.

Incentivos

O Executivo decidiu isentar de impostos sobre produtos petrolíferos (ISP), já no Orçamento de Estado do corrente ano, os combustíveis produzidos a partir de produtos agrícolas. A medida terá um impacto de 50 milhões de euros nas receitas fiscais. Em 2006 este benefício fiscal será aplicado aos combustíveis produzidos a partir de cereais, beterraba ou desperdícios florestais.

Meta

O Governo pretende cumprir a promessa de que pelo menos 5 por cento dos combustíveis utilizados em transportes, no ano de 2010, sejam produzidos a partir de produtos agrícolas.

Emprego

As novas centrais de biomassa deverão criar entre 500 a 800 novos postos de trabalho, enquanto o mercado decorrente dos biocombustíveis poderá trazer para o mercado de emprego mais 150 pessoas.

Edifícios

O sector da construção é responsável por cerca de 60 por cento de toda a electricidade. Com a obrigatoriedade de instalação de painéis solares térmicos deverá poupar-se cerca de 30 por cento da energia oriunda de combustíveis fósseis. A emissão de CO₂, por seu turno, baixará. O Governo quer atingir 1 milhão de metros quadrados de painéis solares até 2010.

Pilhas de combustível e I&D

A assinatura do memorando de entendimento entre o grupo malaio Agni Energie e a API – Agência Portuguesa para o Investimento acabou por constituir o ponto alto da sessão. O objecto deste pré-contrato é a instalação, em Montemor-o-Velho, de uma fábrica de produção de pilhas de combustível e equipamentos de tecnologias ligadas ao hidrogénio.

O investimento é de 60 milhões de euros, boa parte dos quais aplicado na criação de um centro de excelência em investigação e desenvolvimento I&D, que trabalhará com as universidades portuguesas e, desde logo, com a

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, situada a 20 quilómetros.

O projecto vai criar cerca de 200 postos de trabalho, 55 dos quais altamente qualificados e afectos ao centro de investigação, constituindo para o grupo uma plataforma de expansão da sua actividade na Europa.

Paralelamente, foi assinado um protocolo de cooperação entre a Agni e a estatal Empresa Geral de Fomento (EGF) para produção de energia a partir de biogás de aterro, que prevê investimentos que podem chegar aos 40 milhões de euros.

Trata-se de um projecto inovador e pioneiro

a nível mundial, que irá requerer um forte investimento em I&D.

O primeiro-ministro, José Sócrates, que presidiu à cerimónia de assinatura do memorando de entendimento no âmbito da apresentação de um conjunto de novas medidas na área das energias renováveis, considerou que este é um investimento "muito importante para a economia portuguesa", garantindo que o Governo português tudo fará para o tornar "bem sucedido".

Sócrates salientou as "mudanças muito rápidas" que se verificam actualmente no sector da energia, quer por via do protocolo de Qui-

oto, quer por via do aumento do preço do petróleo.

"Num processo de mudança, a dificuldade não é tanto das ideias novas, é mais da libertação das ideias antigas. Este sector está em mudança e Portugal tem de acompanhar a mudança", defendeu.

As pilhas de combustível são uma espécie de bateria que produzem energia sob a forma de electricidade e calor a partir do hidrogénio, tendo grande potencialidade de utilização no sector dos transportes, um dos mais poluidores e que mais compromete as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto.

Governo aposta na criação de novos pólos de desenvolvimento

TURISMO

Regressar às taxas de crescimento registadas nos anos 90 é um dos objectivos do Plano Estratégico Nacional do Turismo.

J. C. CASTELO BRANCO

A criação de novos pólos de desenvolvimento em diferentes regiões do país atractivos e geradores de riqueza, a selecção de 10 novos produtos de eleição e o reforço dos meios destinados à formação e qualificação dos recursos humanos são as principais apostas do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para os próximos dez anos.

“Precisamos de acelerar o crescimento do turismo, mas Portugal só conseguirá impor-se se tiver uma oferta de excelência, diferenciadora e afirmativa do país como um dos principais destinos turísticos de bem-estar e qualidade da Europa”, afirmou no dia 18 o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, na apresentação das linhas orientadoras do PENT, na sessão de abertura da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL).

Para aumentar o padrão de qualidade dos destinos, Bernardo Trindade destacou o trabalho a ser desenvolvido para um novo programa de intervenção turística em 2007, que terá por base uma componente de infra-estruturas e remodelação bastante forte.

O secretário de Estado sustentou que Portugal tem condições para criar novos pólos de desenvolvimento turístico, como o Alqueva,



Região Oeste, e Açores.

O Alqueva, disse, “deve afirmar-se como destino de excelência com empreendimentos de luxo associados ao turismo náutico, saúde bem-estar e golfe”. Já a Região Oeste, pela sua proximidade a Lisboa e do novo aeroporto da Ota, adiantou, pode ser um destino de golfe e turismo residencial, enquanto a vertente turística dos Açores, com a sua beleza natural, pode ser potenciada através do turismo náutico e de natureza.

Por outro lado, Bernardo Trindade referiu que a selecção de 10 produtos estratégicos, seleccionados entre um conjunto de 50, teve em conta a atractividade de cada um e o interesse atendendo à competitividade, mas também “a qualidade e excelência”.

Cada produto tem também direito a um modelo de negócio que inclui a sua estratégia de localização e de

crescimento, acrescentou.

Cinco dos dez produtos estratégicos são já produtos tradicionais, como sol e mar, *citybreaks* e *shortbreaks*, golfe, *touring* e turismo de negócios, que “precisam de uma atenção especial”. Os outros cinco são produtos inovadores: turismo residencial, gastronomia e vinhos, saúde e bem-estar, turismo natureza e turismo náutico. Todos estes produtos terão como traço comum a “qualidade e excelência”.

Aposta na qualificação dos recursos humanos

Para além de uma forte aposta na qualificação dos recursos humanos e materiais, através da criação de um novo programa de intervenção turística, e do reforço dos meios destinados à formação profissional, o secretário de Esta-

Os 10 produtos eleitos

- *Gastronomia e vinhos*
- *Touring cultural e paisagístico*
- *Saúde e bem-estar*
- *Turismo de natureza*
- *Turismo de negócios (incentivos, congressos e eventos)*
- *Turismo residencial*
- *Citybreaks e shortbreaks*
- *Golfe*
- *Turismo náutico*
- *Sol e mar*

do do Turismo defendeu como prioritário apostar na distribuição e comercialização.

Com o plano agora apresentado, o Governo tem como objectivo central “regressar às taxas de crescimento verificadas nos anos 90”, disse o ministro da Economia, Manuel Pinho, que presidiu à apresentação do PENT.

Afirmando-se “muito optimista” e “entusiasmado”, Manuel Pinho realçou o volume de investimentos superior a 1,5 mil milhões de euros com os novos projectos turísticos anunciados nos últimos dez meses, acrescentando estar convicto que esta “onda de investimentos e inovação nunca vistos” não se vai ficar por aqui.

Mais de 670 milhões de euros vão ser investidos no litoral alentejano

O primeiro-ministro presidiu à cerimónia de apresentação pública de dois novos projectos turísticos para o litoral alentejano. Empreendimentos que envolverão um investimento global de cerca de 677 milhões de euros e a criação de perto de dois mil postos de trabalho directos e mais de cinco mil indirectos ao longo dos próximos dez anos.

Mostrando a sua satisfação, José Sócrates salientou que são iniciativas como estas que demonstram confiança na economia do país e que o ajudam a projectar além-fronteiras para que outras acções e outros investimentos de relevo venham em breve a ser concretizados.

A minha presença nesta cerimónia, referiu o primeiro-ministro, “destina-se a assinalar a importância e o significado destes dois projectos de enorme alcance para a Costa Vicentina e para o país”, sublinhando que ninguém investe mais de 670 milhões de euros “se

não tiver confiança no país”, e na sua economia.

Não hesitando em classificar os dois novos projectos como de referência, José Sócrates defendeu que, apesar de terem sido alvo de algumas críticas por parte dos ambientalistas, “estes são empreendimentos que vão competir ao nível dos mercados mais exigentes em termos ambientais”.

Quanto ao facto de a aprovação destas iniciativas ter levado mais de 15 anos a serem avaliadas pelos diversos organismos públicos, tempo que considerou demasiado longo, o primeiro-ministro garantiu que de futuro um conjunto de medidas serão postas em prática, “para que situações como estas não se voltem a repetir”.

Para José Sócrates, não nos podemos resignar à ideia de que Portugal precise de tanto tempo para apreciar novos projectos, seja qual for a área económica que for assegurando que uma avalia-

ção mais célere “não significa, todavia, que haja menos rigor nas decisões do Governo”.

Referindo-se em concreto a estes empreendimentos turísticos, o primeiro-ministro apontou-os como exemplares e reunindo as garantias de que “não cometerão os mesmos erros de outras décadas, noutras regiões do país”.

Presentes nesta cerimónia pública, onde foi confirmada a declaração de utilidade pública destes dois empreendimentos turísticos da região de Grândola, estiveram igualmente os ministros da Economia, Manuel Pinho, e do Ambiente, Nunes Correia.

Para o responsável pelo Ambiente, a atribuição de utilidade pública é justificada com o facto, considerado incontroverso pelo ministro, de ambas iniciativas se enquadrarem num perfil de grande qualidade ambiental, lembrando que “a política do ambiente serve para que os projectos sejam melhores e não para impedir que

se façam”, sublinhando ainda que o ambiente deve constituir o motor “e não o travão” do desenvolvimento do país.

Outro dos aspectos que presidiram ao critério de considerar estes empreendimentos turísticos como de utilidade pública, referiu ainda o ministro responsável pela pasta do Ambiente, Nunes Correia, prende-se com o facto de ambos cumprirem os requisitos dos diversos instrumentos de ordenamento do território.

Para Manuel Pinho, ministro da Economia, é a dimensão destes empreendimentos que impressiona. Relembrando que há apenas quatro meses tinha estado em Tróia, para aí anunciar um outro grande investimento, também voltado para o sector do turismo, o responsável pela pasta da Economia sublinhou que estes representam, contudo, “o dobro do investimento e vão criar o dobro dos postos de trabalho”.

R.S.A.

Revitalização dos parques de Vidago e Pedras Salgadas



As obras de requalificação dos parques de Vidago e das Pedras Salgadas e da respectiva componente termal e hoteleira vão avançar este ano e devem concluir-se até Junho de 2008. É mais um grande investimento que o Governo, através da Agência Portuguesa para o Investimento (API), vai apoiar com cerca de 18 milhões de euros.

Trata-se de um projecto de 48 milhões de euros de investimento no Alto Tâmega, baptizado Aquanatur. O objectivo é apostar no reforço turístico dos dois parques da Unicer, que ficarão ligados por uma ciclovia de 15 quilómetros e serão promovidos especialmente nos mercados português e espanhol.

A assinatura do protocolo de investimento com a API foi realizada no dia 20, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro e do ministro da Economia, no âmbito da Bolsa de Turismo de Lisboa.

Os projectos-âncora de revitalização do Vidago serão o centro de congressos e o golfe, com a ampliação do actual campo de nove para 18 buracos. Prevêem-se também a promoção de um pólo de turismo ligado à natureza e a criação de um novo SPA dirigido ao bem-estar e beleza no âmbito deste parque, que vai também ser cenário da primeira delegação da Fundação Serralves e de um centro destinado a artistas.

Já no parque das Pedras Salgadas, o actual hotel vai ser demolido e prevê-se a construção de uma nova unidade de raiz, com 115 quartos. Neste caso o conceito será mais “transversal” e o parque “estará aberto a toda a região”. Prevê-se a criação de um SPA lúdico e termal, de espaços museológicos e de um jardim temático da água. No âmbito destes projectos, será feita a modernização das unidades industriais das duas marcas.

Novo modelo da Autoeuropa é sinal de confiança na economia

A atribuição de um novo modelo automóvel a Portugal, anunciado pela Volkswagen, é um “sinal de confiança no futuro da economia portuguesa”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, durante a visita à Autoeuropa.

Na deslocação que efectuou à fábrica de Palmela, para felicitar a administração e os trabalhadores da empresa pelo acordo laboral alcançado, que possibilitou a conquista de um novo produto, mantendo a produção e os postos de trabalho, José Sócrates manifestou a disponibilidade do Governo para ser “parceiro” da Autoeuropa no domínio da formação profissional.

Para o primeiro-ministro, a vinda do novo modelo da Volkswagen, bem como os investimentos estrangeiros e nacionais que têm vindo a ser revelados nas últimas semanas traduzem um “novo ciclo modernizador da economia portuguesa” e demonstram que o país está em condições de “competir nos patamares mais elevados do valor acrescentado, da economia global e do mercado global”.

Acompanhado pelo ministro da



Economia, Manuel Pinho, o chefe do Governo português percorreu a linha de montagem, onde está em fase de produção o cabriolet Eos, um veículo que os dois governantes tiveram o privilégio de conduzir e ao qual não pouparam elogios.

“É um carro fantástico, bonito e de condução agradável”, disse Sócrates, sublinhando que “as primeiras encomendas confirmam o sucesso inicial do cabriolet, um carro concebido para um mercado muito exigente e que tem grandes inovações tecnológicas”.

Para a fábrica de Palmela, tão importante como o descapotável Eos é o novo modelo da marca alemã que ali será construído a partir de 2008 e que garante a manutenção dos 2790 postos de trabalho da Autoeuropa por mais alguns anos.

O ministro da Economia, Manuel Pinho, salientou que o novo veículo constituiu um dos grandes investimentos previstos para o país nos próximos anos, que ascendem, globalmente, a “mais de 6000 milhões de euros e que representam mais de cinco por cento do PIB”.

Sócrates espera novos investimentos na ordem dos mil milhões de euros

Nos próximos três meses serão anunciados novos investimentos em Portugal, cujo montante deve ultrapassar os mil milhões de euros, disse o primeiro-ministro.

Numa mesa-redonda com o Governo português, organizada pelo Economist Conferences e subordinada ao tema “Das Reformas aos Resultados”, Sócrates afirmou que depois de terem sido conhecidos os investimentos do Ikea, de 450 milhões de euros, e dos empreendimentos do Pinheirinho e da Costa Terra, no concelho de Grândola, de 677 milhões de euros, “outros investimentos se seguirão”, que podem ultrapassar os mil milhões de euros.

Para o primeiro-ministro, estes são sinais de que “Portugal é um país de confiança” na unidade internacional de negócios.

Dez meses de governação chegaram para as políticas do Executivo ganharem credibilidade, afirmou, mas é preciso continuar a apostar na consolidação das contas públicas, na inovação e conhecimento e na retoma económica.

A agenda económica do Executivo em matéria de confiança e investimento é “muito ambiciosa”, salientou Sócrates perante uma plateia de empresários, depois de reafirmar que o objectivo do Governo é iniciar um “novo ciclo de investimento modernizador” capaz de colocar a economia portuguesa numa “plataforma de exigência” e assim “enfrentar com maior sucesso a concorrência global”.



Ikea investe 450 milhões de euros até 2010

O grupo sueco de mobiliário Ikea vai investir 450 milhões de euros em Portugal até 2010, num plano de expansão que criará 1650 postos de trabalho directos em áreas comerciais e industriais, para além de um “número relevante” de empregos indirectos.

O memorando de entendimento assinado em Ponte de Lima entre a Ikea e a Agência Portuguesa para o Investimento (API), numa cerimónia em Ponte de Lima que contou com a presença do primeiro-ministro e do ministro da Economia e Inovação, prevê a instalação de uma fábrica no Norte.

O acordo prevê ainda a construção de três novas lojas Ikea – uma das quais em Matosinhos, e cuja inauguração deverá acontecer no próximo ano – e de dois centros comerciais, um deles ligado à loja de Matosinhos, e o outro agregado a uma das futuras lojas de Lisboa.

Numa segunda fase, até 2015, o plano de expansão do grupo sueco prevê, ainda, a abertura de mais duas lojas em Portugal, num investimento de 100 milhões de euros, que criará um mínimo de mais mil postos de trabalho.

Espera-se que 90 por cento dos produtos de mobiliário fabricados na nova unidade industrial se destinem à exportação. Também



importante para a economia nacional é o facto do grupo sueco indicar que 60 a 70 por cento dos fornecedores da nova fábrica serão portugueses.

O primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou que o entendimento estabelecido entre o Ikea e a Agência Portuguesa para o Investimento representa um sinal de “confiança na economia portuguesa e um incentivo ao seu dinamismo” e aponta para um “novo ciclo de investimento modernizador” com vista à afirmação do país “no campo da economia global”, competindo “nos sectores mais exigentes em termos tecnológicos”.

Por seu turno, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, sublinhou a importância da atracção de investimento directo estrangeiro, considerando-a “uma questão de vida ou de morte para a economia portuguesa”, porque “este é o tipo de investimentos que vai permitir grande parte das transformações estruturais que necessitamos”.

Lembrando que a economia portuguesa tem de ser mais competitiva e estar mais virada para as exportações para se modernizar, Manuel Pinho salientou que o investimento directo estrangeiro “é uma alavanca extremamente importante para atingir esses objectivos”.

Aprovado porto de recreio para Faro

Depois de vicissitudes várias e contratempos, e após profunda alteração dos projectos inicialmente apresentados, o Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional aceitou que a construção do porto de recreio de Faro possa avançar, uma obra que permitirá, segundo dados anunciados pelos responsáveis da autarquia, abrigar 275 embarcações.

Para se ter chegado até aqui, como lembra José Apolinário, presidente da Câmara Municipal, houve que ultrapassar alguns obstáculos.

Com efeito, em princípios de Dezembro, e perante os diversos projectos que lhe foram apresentados, o Instituto do Ambiente, no âmbito das suas competências, deliberou avançar com um parecer negativo para a construção de um porto de recreio na capital algarvia, situação que na opinião do presidente da Câmara Municipal estava a criar uma crescente dificuldade face à urgente necessidade de se proceder a obras de reabilitação e de modernização de toda a zona ribeirinha da cidade frente à ria Formosa.

Para o autarca socialista, ultrapassado este entrave, e regozijando-se com a recente decisão governamental, abre-se, a partir de agora, a possibilidade de se construir um empreendimento que representará um avanço significativo, face à tarefa primordial que configura a reabilitação urbana de uma das zonas mais degradadas da cidade de Faro.

O projecto desenvolver-se-á a partir da actual doca até à linha do caminho-de-ferro, permitindo, deste modo, como sublinha José



Apolinário, a criação de uma zona de lazer com espaços verdes e de divertimento, aproveitando o financiamento do último grande pacote de fundos europeus para o Algarve, que serão disponibilizados para o período de 2007 a 2013.

O novo porto de recreio de Faro, que deverá ser lançado pelo Instituto do Ambiente já em Junho próximo, poderá abrigar até 275 embarcações, com comprimentos iguais ou superiores a oito metros, ocupará uma área molhada de perto de seis hectares, estando ainda prevista a construção de uma plataforma terrestre, com cerca de quatro hectares, espaço este destinado a acolher a construção de edifícios de apoio e zonas de recreio e de lazer.

O Instituto do Ambiente levanta contudo algumas condicionantes para que a obra se possa

realizar. É o caso, por exemplo, da proibição de se fazerem aterros nas zonas húmidas tendo em vista a execução do projecto ou a recomendação de só se efectuarem dragagens nas áreas estritamente necessárias.

Estabelecido ficou igualmente que os trabalhos de construção só se poderão efectuar no período compreendido entre o Outono e o Inverno, de modo a não coincidirem com os principais períodos de migrações das espécies.

Para José Apolinário, trata-se de um empreendimento de prioridade essencial, que irá permitir que a cidade de Faro se volte para a frente ribeirinha e deste modo encontre uma alternativa para a linha férrea, obstáculo que o autarca classifica “como um verdadeiro Muro de Berlim entre a cidade e a ria Formosa”.

R.S.A.

Ministério da Cultura cria programa informático ligado às artes

O Ministério da Cultura vai lançar um programa informático denominado “Território Artes”, que tem por objectivo estabelecer uma corrente directa entre a oferta de produtos de arte privados e públicos e a procura por parte de espaços vocacionados para a cultura.

O anúncio desta iniciativa foi feito pela ministra da Cultura, perante uma plateia de agentes culturais da região algarvia. Para Isabel Pires de Lima, trata-se, numa primeira fase, de ajudar, com a introdução deste programa, os agentes ligados à cultura a encontrarem mecanismos mais céleres e sustentados de forma a poderem transportar mais facilmente um determinado espectáculo ou iniciativa cultural, de uma terra para outra, dentro da mesma região, sabendo desde logo à partida quais os espaços que estão ou não disponíveis.

Como referiu a responsável

governamental pela política cultural, através de um diálogo que se pretende constante, uma região pode adquirir, com a ajuda deste novo instrumento informático, “um determinado produto, a um preço bastante aceitável, que, por sua vez, poderá ser oferecido numa região vizinha ou noutro qualquer espaço cultural”. Na prática, sublinha ainda Isabel Pires de Lima, isto quer dizer que um determinado produtor, por exemplo de teatro ou um qualquer agente cultural ligado a uma qualquer outra arte, desde que ligado ao “Território Arte”, poderá ficar a saber que o espectáculo que oferece pode ser recebido, sem qualquer problema, noutra sala do país. O programa informático “Território Artes” que o Ministério da Cultura está em vésperas de inaugurar, conta já com importantes adesões, ainda segundo

Isabel Pires de Lima, sobretudo por parte das autarquias, que, como refere, “são das estruturas que no país mais e melhores equipamentos culturais dispõem”.

Paralelamente a este anúncio, a ministra da Cultura referiu ainda o lançamento do programa “Vate” – Vamos Apanhar o Teatro, uma outra iniciativa dinamizada pelo seu ministério, e que mais não pretende, como salientou, do que apoiar na prática uma efectiva descentralização cultural ligada à actividade teatral.

Neste sentido, e numa primeira fase, a solução encontrada foi o recurso à utilização de um autocarro especialmente preparado e transformado numa sala de espectáculos, que se deslocará de município em município de forma a percorrer toda a região do Algarve.

R.S.A.

Secundárias vão ter gabinetes de aconselhamento



EDUCAÇÃO SEXUAL

As escolas secundárias vão criar gabinetes de apoio aos alunos para aconselhamento sobre educação sexual no âmbito de um protocolo assinado no dia 7 entre os ministérios da Educação e da Saúde.

Para a constituição destes gabinetes e de outros projectos a nível da educação sexual, o protocolo de parceria prevê a criação de programas de formação de professores e técnicos de saúde.

O programa de educação sexual no ensino básico e secundário será dinamizado em colaboração com os serviços de saúde, associações de pais e de estudantes e tratado

numa perspectiva interdisciplinar.

O modelo adoptado acolhe assim as recomendações do grupo de trabalho sobre educação sexual, presidido pelo psiquiatra Daniel Sampaio, que em Novembro defendeu que as escolas deveriam revitalizar os currículos sobre educação para a saúde, incluindo a educação sexual, em vez de criarem uma disciplina própria para esta matéria.

No documento, os dois ministérios prevêem ainda a constituição de equipas de saúde escolar para dar resposta aos estabelecimentos de ensino e a realização de exames globais de saúde aos alunos com seis e 13 anos de idade.

Comissão da Seca pode ser reactivada



Preocupado com os baixos níveis das reservas de água nas albufeiras portuguesas, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva, prevê a reactivação da Comissão da Seca caso não chova até Março próximo.

Durante a visita que realizou à sede da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana, na Herdade da Coutada Real, em Assumar (Monforte), o governante afirmou perante os jornalistas que a Comissão da Seca 2006 será criada se não chover no prazo de um mês.

Recorde-se que a Comissão

para a Seca 2005 cessou funções em Janeiro deste ano, mas o ministro do Ambiente garantiu na altura que seria mantido um pequeno grupo para acompanhar a situação.

Embora a falta de água não esteja, para já, a afectar as culturas de Inverno, Jaime Silva considerou a situação das reservas hidrológicas das barragens nacionais se reveste de alguma gravidade – em particular a de Trás-os-Montes –, tendo apelado a um intervalo de espera em clima de serenidade, “sabendo nós que temos uma situação que começa a preocupar-nos bastante”.

OPINIAO



LUÍS PITTA AMEIXA
Deputado na AR

Foi preciso esperar pelo setembrismo, que promoveu uma segunda vida da Constituição de 1822, e pela figura ímpar de Manuel da Silva Passos para que a freguesia passasse a incorporar formalmente, pela primeira vez, a estrutura orgânica da nossa Administração

As freguesias: o que é isso?

As freguesias têm uma origem religiosa, eclesial, ligada à ocupação do território e à respectiva organização das comunidades cristãs e mantiveram essa característica até muito tarde.

As freguesias ou paróquias, dirigidas por um pároco, subordinado à hierarquia da Igreja Católica, para além da vida religiosa, acabaram por ter de responder às mais imediatas e directas necessidades da vida em vizinhança e, por necessidade disso, foram executando, naturalmente, funções administrativas de interesse geral e civil que podemos qualificar como próprias do conceito de Administração Pública, a começar logo no registo do nascimento, no casamento ou no registo dos mortos e no seu enterramento.

O entrecruzamento dos interesses civis com os assuntos eclesialísticos levou a que os moradores tivessem também de escolherem representantes seus para intervirem, junto do representante espiritual, nessas tarefas em nome do interesse geral, do interesse da comunidade, daí nascendo os primeiros afloramentos orgânicos.

A primeira e talvez a maior mudança estrutural política em Portugal ocorreu com o advento do liberalismo, implantado pela revolução de 1820, liderada por Manoel Fernandes Thomaz, José Ferreira Borges e outros homens do Sinédrio.

O liberalismo, a primeira democracia em Portugal, começou por estruturar a administração municipal e por tentar uma organização provincial mas, de início, não contemplou a freguesia na estrutura administrativa, nem através da primeira das nossas Constituições, a de 1822, nem através da que imediatamente se lhe seguiu, a Carta Constitucional de 1826, de D. Pedro, rei de Portugal e dos Algarves e imperador do Brasil.

Foi preciso esperar pelo setembrismo, que promoveu uma segunda vida da Constituição de 1822, e pela figura ímpar de Manuel da Silva Passos (que era chamado e ficou conhecido por Passos Manuel) para que a freguesia passasse a incorporar formalmente, pela primeira vez, a estrutura orgânica da nossa Administração.

Foi pela importantíssima Lei de 25 de Abril de 1835 e na qual são, igualmente, criados os distritos em Portugal.

Portanto, distritos e freguesias, legalmente, têm a mesma idade, ambos nasceram no mesmo dia – curiosamente um dia 25 de Abril!

Na sequência, o Código Administrativo de 1836 vem estabelecer que os concelhos se compunham de uma ou mais freguesias, que eram dirigidas por uma junta de paróquia as quais dispunham de bens e rendimentos e eram investidas de competências para a administração daqueles, bem como em domínios de assistência social.

A confluência e confusão com a igreja não estava porém arredada e, talvez por isso, as freguesias voltaram, momentaneamente, a perder o seu estatuto na Administração civil, no Código Administrativo de 1842, sob Costa Cabral, estatuto esse que vieram, porém, a recuperar a partir do Código Administrativo de Rodrigues Sampaio, de 1878, definitivamente.

Com o século XX e a revolução de 1910, a democracia monárquica foi substituída pela democracia republicana.

Se bem que a Constituição de 21 de Agosto de 1911 não fizesse nenhuma referência expressa à freguesia, relegava para lei especial subsequente a organização e atribuições dos corpos administrativos.

Assim, em 1913, a lei veio estabelecer a existência do que denominou paróquia civil, cuja administração cabia a uma junta de paróquia. Mas, logo a lei nº. 621, de 23 de Junho de 1916, veio determinar que a denominação passava a ser a de Freguesia, de que o seu corpo administrativo era a junta de freguesia. E assim ficou até hoje.

O Estado Novo foi estruturado politicamente com a Constituição salazarista de 1933, a qual foi aprovada em plebiscito nacional de 19 de Março de 1933, com a singularidade de as abstenções contarem como votos a favor.

Esta Constituição estabelecia, com referência a circunscrições e autarquias locais, que o território divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias. Os concelhos de Lisboa e Porto subdividem-se em bairros e estes em freguesias.

Quanto às freguesias, o Código Administrativo (1936-1940) veio colocar o enfoque definidor no agregado de famílias que desenvolve uma acção social comum por intermédio de órgãos próprios, que eram eleitos pelos chefes de família.

Em cada freguesia figurava ainda um representante directo do presidente da Câmara – o regedor, o qual em Lisboa e Porto dependia directamente do governador civil.

Depois veio o 25 de Abril de 1974, com uma história que nós conhecemos melhor, mas que merece outro tipo de abordagem, com espaço para outro artigo.

Miguel Freitas defende novas práticas de combate à desertificação

J. C. CASTELO BRANCO

Em Portugal é preciso criar “uma consciência nacional para a problemática da luta contra a desertificação”, afirmou o deputado do PS Miguel Freitas, salientando ser necessário uma tomada de consciência face à “situação de fragilidade e degradação em que estão muitos dos nossos territórios, muitos dos nossos recursos, muitas das nossas paisagens agrícolas, florestais e naturais e muitas das nossas comunidades rurais”.

Numa declaração política no Parlamento sobre o Ano Internacional dos Desertos e Desertificação, Miguel Freitas alertou ainda que “é preciso termos consciência da dimensão do risco de desertificação no nosso país”, em resultado “do clima que temos, mas também de más práticas agrícolas de muitos e muitos anos”.

Por isso, considerou, falar de combate à desertificação é, naturalmente, “continuar a falar em código de boas práticas agrícolas e silvícolas e em Plano Nacional de Regadios é continuar a falar em modernização da agricultura e em Plano de Desenvolvimento Rural”.

Mas, acrescentou, “é também falar de planos sectoriais no âmbito da Rede Natura 2000, de Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta, de Plano Nacional contra Incêndios, de Lei-quadro da Água, da Estratégia Nacional de Energia e do Plano Tecnológico”.



Para o líder da Federação do PS/Algarve, falar do combate à desertificação, “é falar, finalmente, da criação de novas oportunidades de emprego, de diversificação de actividades e de apoio a actividades emergentes, de novos ‘clusters ambientais e de lazer’ e das novas fileiras energéticas a partir da biomassa florestal, dos cultivos bioenergéticos e das energias renováveis”.

Miguel Freitas considerou, por isso, que esta “realidade complexa” remete para uma “nova visão integrada”, que deverá ser vertida na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, referencial de orientação para o próximo período entre 2007 e 2013.

“Temos agora uma nova oportu-

nidade, com novos enquadramentos de política regional e rural e com recursos financeiros suficientes”, disse, defendendo que a política de desenvolvimento rural “deve aprofundar os meios de adaptação” à realidade de Portugal ser um “país de diversidade” na paisagem rural, na economia das comunidades rurais e nas questões ambientais que lhe estão associadas.

O deputado socialista sublinhou por último que cabe à Assembleia da República, além da discussão e aprovação de todas as iniciativas legislativas, “contribuir para uma maior consciencialização deste problema a nível nacional”, já que “uma consciência activa é o primeiro passo para o combate à desertificação”.

Socialistas satisfeitos com consenso em torno das quotas de salvaguarda

MÚSICA PORTUGUESA NA RÁDIO

A bancada parlamentar do PS congratulou-se com o consenso obtido em torno da necessidade de estabelecer quotas de salvaguarda da música portuguesa nas rádios.

Numa declaração de voto, apresentada na Assembleia da República, os deputados socialistas sublinham que este convergência de opiniões dos diferentes grupos parlamentares evidencia de forma inequívoca que “nenhum partido ignora a situação de quase exclusão da música portuguesa em alguns importantes serviços de programas de radiodifusão.

Salientando que o texto de substituição aprovado – tal como os projecto de lei apresentado em 2003 e 2005 – é “adequado, realista e eficaz”, na medida em que mantém um equilíbrio adequado na utilização de um bem público finito, salvaguardando a defesa da música e da língua portuguesas, define de forma consentânea o que se entende por música de factura nacional, atendendo à real dimensão e diversidade da luso-



fonia no mundo e assegura uma maior exigência para com o operador de radiodifusão, bem como a defesa dos artistas portugueses e da sua criação mais recente.

Para os socialistas, o diploma mereceu também um apoio alargado no hemiciclo, por permitir, através da possibilidade de ajustamento anual do valor da quota, adaptar a lei às alterações do mercado discográfico e à evolução do rádio, ouvindo os interessados no sector.

Sublinham ainda que a base de determinação das quotas é “simples e clara”, uma vez que “a lista de temas musicais tocados em cada serviço de programa já é elaborada pelos operadores”.

Por outro lado, acrescentam, “as excepções à aplicação do regime estabelecido são precisas e fundamentadas, e têm em consideração a evolução para o digital”, ficando ainda claramente distinguidas as competências da entidade reguladora, da fiscalizadora e ainda um sistema de penalizações por incumprimento das disposições legais.

Por fim, o projecto de lei socialista possibilita igualmente uma aplicação progressiva, permitindo uma adaptação às novas regras dos serviços de programas onde a música portuguesa é residual.

A terminar a declaração de voto, os deputados do PS afirmam continuar “disponíveis para minorar as tenções detectadas entre músicos, editores e operadores radiofónicos”, visando uma “salvaguarda activa do património musical, que é parte integrante da identidade nacional”.

Portugal deve reforçar participação na Europa e afirmar-se no mundo

Assumir um papel activo na construção do edifício europeu e diversificar as relações internacionais são os reptos simultâneos perante os quais o nosso país terá de responder com uma estratégia de harmonização de interesses.

MARY RODRIGUES

A bancada socialista afirma-se apostada em “continuar a animar o debate nacional e a promover a participação das instituições e dos cidadãos portugueses” no combate decisivo que o processo de construção de uma Europa unida constitui para o futuro do nosso país, em cujo horizonte se perfilam também importantes desafios ao nível do posicionamento estratégico nacional às escala planetária.

Neste sentido, o deputado socialista Armando França fez, na sessão plenária da Assembleia da República do passado dia 20 de Janeiro, uma apreciação da participação de Portugal no projecto comunitário ao longo de três anos, concluindo que a atitude nacional tem sido positiva.

Ao intervir no hemiciclo de São Bento, Armando França lembrou que 2002 foi o ano em que o Conselho Europeu de Copenhaga concluiu as negociações de adesão dos dez novos Estados-membros, com vista àquilo que hoje é a Europa dos 25.

“Trata-se de um acontecimento de enorme relevância política para a paz, para o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos povos europeus e para o futuro da Europa”, observou, acrescentando que “este facto tem outros significados políticos” relacionados com a afirmação da liberdade dos povos e a afirmação da sua identidade no novo contexto político da Europa democrática e unida.

O nosso país – disse – “acompanhou neste ano a importância destes relevantes acontecimentos”, mediante a realização em território nacional de numerosos



colóquios, conferências e outras iniciativas promovidas pelo Presidente da República, pela Assembleia da República, pelo Governo, Partidos Políticos, Universidades e pela Comunicação Social.

Também em 2002, quando a presidência do Conselho da União era exercida pela Espanha e pela Dinamarca, Portugal teve a seu cargo a presidência da OSCE, definindo três áreas prioritárias: a prevenção e o combate ao terrorismo, o tema da água, a prevenção de conflitos e o reforço da cooperação entre a OSCE e a UE a nível regional.

Esta foi, segundo o deputado socialista, “uma agenda que se revelou de manifesta oportunidade e inegável importância política, face aos acontecimentos recentes da época e aos futuros”.

No relatório do ano 2003, Armando França destacou duas dimensões no processo de construção europeia.

“Por um lado, a teórica, na qual se exige mais organização, mais desenvolvimento, mais coesão social e solidariedade, qualidade de vida, segurança e paz para os povos europeus. Por outro, a prática, feita da concretização de

inúmeras iniciativas políticas e de muitos pequenos e fundamentais passos”, declarou, assinalando para esse período o facto de Portugal ter assumido o compromisso de aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento, na sequência, aliás, dos acordos de Barcelona.

A intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque – geradora de cisões e grandes perplexidades políticas na Europa e merecendo a justa reprovação de muitos Estados-membros – foi outro dos acontecimentos que, na óptica do parlamentar socialista, marcaram 2003.

Já em 2004 – ano do maior alargamento da história da União – Portugal interveio “activamente” na Conferência Intergovernamental e assinou o novo Tratado Constitucional, cuja entrada em vigor espera pela ratificação de todos os Estados.

“Neste período da participação nacional na União releva também a adopção pelo nosso país da nova Estratégia Europeia de Combate às Drogas e Toxicodependências, a aproximação a importantes disposições legislativas em matéria de saúde, trabalho,

segurança social, educação, ciência e cultura e a muitas outras áreas”, sintetizou o deputado, assinalando que as iniciativas e actividades descritas nos relatórios parcelares das Comissões “reforçam a participação nacional no processo europeu”.

Aposta na diversificação das relações

Sobre o posicionamento estratégico do nosso país no panorama global, a deputada Isabel Vígia afirmou, no Parlamento, que “um dos principais desafios que se colocam a Portugal é o de conciliar a dinâmica própria do processo de integração europeia com a capacidade de diversificar as suas relações com outras regiões do mundo”.

Neste âmbito, defendeu a ratificação de um conjunto de convenções estabelecidas entre países terceiros e a República portuguesa com vista a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.

“Ao estabelecer regras de cooperação e canais de comunicação entre os estados, as convenções em ratificação fomentam e incentivam o investimento, na medida em que os agentes económicos passam a dispor de normas mais claras e de uma certeza jurídica que oferece completas garantias sobre o modo de atribuição dos seus rendimentos”, observou, explicando que, em termos de aplicação, estes acordos visam pessoas residentes nos países contratantes e estabelece um sistema de deduções tributárias.

De um modo geral, segue-se o princípio da tributação na fonte, fixando a incidência fiscal no país onde os rendimentos são gerados.

Por outro lado, “são estabelecidos os princípios de não discriminação e de troca de informações, fixando-se ainda um procedimento amigável entre estados”, explicou a deputada, reafirmando que, “o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que as convenções em causa fundem-se nos princípios

constitucionais e da cooperação para o progresso da humanidade que regem as relações internacionais em Portugal, resultando benefícios para os estados” contratantes.

Simplificar e uniformizar procedimentos

Por sua vez, a deputada socialista Paula Cristina Duarte centrou a sua intervenção nas relações entre Portugal e a Noruega em matéria de Segurança Social, sublinhando a necessidade de alguma clarificação no quadro do Espaço Económico Europeu, em vigor desde 1994.

Após saudar o facto do Governo ter apresentado no Parlamento uma proposta de resolução sobre este aspecto, Paula Cristina Duarte considerou imperativo o estabelecimento de um acordo entre as partes envolvidas que regule aspectos residuais de natureza administrativa em matéria de saúde, a fim de simplificar e uniformizar procedimentos das instituições portuguesas e norueguesas, designadamente os concernentes a prestações em espécie e a controlos administrativos e médicos.

“É conveniente garantir aos trabalhadores dos Estados-membros e às pessoas que deles dependem ou seus sobreviventes, a igualdade de tratamento perante as diferentes legislações nacionais” defendeu, apontando igualmente a conveniência de “subordinar, no respeito pelas características específicas das diferentes legislações nacionais de Segurança Social, os trabalhadores assalariados e não assalariados que se deslocam no interior da comunidade ao regime de um único país-membro, de forma a evitar a cumulação de leis aplicáveis e aos problemas que daí podem decorrer”.

A concluir, a deputada do PS reforçou o carácter imperativo de prever disposições especiais que correspondam às características específicas das diferentes legislações, “a fim de facilitar a aplicação das normas”.

PS questiona não adesão do município de Setúbal a programa de ensino do Inglês no básico

A deputada socialista Marisa Costa quer saber quantas crianças do município de Setúbal estão neste momento afectadas pela não adesão do município ao Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo do básico.

Ao lembrar que esta medida encetada pelo Governo – que honra mais um compromisso eleitoral do PS – visa “desenvolver competências e fomentar o

interesse pela aprendizagem deste idioma ao longo da vida, bem como aumentar a competitividade dos trabalhadores e da economia portuguesa”, Marisa Costa num requerimento entregue à mesa da Assembleia da República no passado dia 27, que o Ministério da Educação clarifique se existe ainda a possibilidade dos alunos prejudicados poderem colocar-se a par das restantes crianças do nosso

país durante o corrente ano.

Questionando se a edilidade sadina avançou com alguma data para a entrega da proposta de adesão, a deputada inquiriu também a tutela sobre os motivos invocados pela câmara para que esta ainda não se tenha verificado.

Tendo como referência os padrões europeus, Marisa Costa considera que o sistema educativo português necessita

recuperar o seu atraso, pelo que defende uma aposta na elevação do nível de formação e qualificação das futuras gerações, objectivos estes que passam pela aquisição de competências fundamentais através do desenvolvimento do ensino básico, onde a generalização da aprendizagem do inglês ganha inegável relevo desde o primeiro ciclo.

Sócrates na vice-presidência da Internacional Socialista

A pobreza e as desigualdades no mundo e a situação no Médio Oriente e nos Balcãs dominaram os trabalhos do Conselho da Internacional Socialista.

Eleito em Atenas para a vice-presidência da Internacional Socialista (IS), o secretário-geral do PS, José Sócrates, elogiou a actuação de António Guterres durante os cinco anos e meio que esteve à frente desta organização, considerando que o antigo primeiro-ministro português deixou “uma marca” na IS.

Sócrates, que se deslocou à capital grega, na qualidade de líder do PS para participar no Conselho da IS, nos dias 29 e 30 de Janeiro, referiu que Guterres “foi um líder muito respeitado” e que deixou “marcas” a vários níveis, apontando como exemplos a “aproximação entre a Internacional Socialista e os democratas americanos”, e uma “melhor organização, eficiência e presença” da IS.

Segundo o líder do PS, a nomeação de Guterres para ACNUR, em Maio do ano passado, “honra também a Internacional Socialista e o seu trabalho à frente da organização”.



Na sua intervenção durante os trabalhos, Sócrates considerou Guterres “um dos homens mais brilhantes” que conheceu e disse tratar-se de uma “referência” para os socialistas.

Relativamente ao novo líder da IS, o secretário-geral do PS, que presidiu ao último dia de trabalhos, cabendo-lhe declarar formalmente George Papandreou como novo presidente, comentou que se trata de “uma personalidade muito respeitada, muito prestigiada e muito ouvida internacionalmente”, acrescentando ter a certeza que

“fará um excelente trabalho” à frente da organização.

Candidato único à eleição, Papandreou foi eleito por unanimidade durante o Conselho da organização, com votos favoráveis de todos os líderes e dirigentes socialistas participantes na reunião de Atenas.

Filho do fundador do PASOK e antigo primeiro-ministro grego Andreas Papandreou, George Papandreou, 54 anos, é o líder desde Fevereiro deste partido, actualmente na oposição.

No discurso que proferiu após

ser eleito, George Papandreou apontou a democratização e regulação da globalização como a prioridade do seu mandato. “A democracia é a nossa causa. Temos de reconfigurar a globalização, de forma a podermos recuperar dois terços de seres humanos que estão, actualmente, excluídos do processo, reflectindo os princípios socialistas da inclusão, da diversidade cultural e do desenvolvimento sustentado”, disse.

George Papandreou, que centrou grande parte do seu discurso nos malefícios do capitalismo

selvagem, salientou que a principal tarefa dos socialistas, sociais-democratas e trabalhadores que integram a organização terá de passar pelo “restabelecimento do equilíbrio entre a produção económica e a justiça social”.

A Internacional Socialista, que existe sob a forma actual desde 1951, agrupa hoje 161 partidos e organizações políticas de todos os continentes, sendo que actualmente 56 dos seus partidos membros exercem funções governativas nos respectivos países, como é o caso do PS. J. C. C. B.

Hamas tem de adoptar atitude responsável

Neste Conselho da IS, a vitória do Hamas nas legislativas palestinianas foi um tema incontornável, tendo Sócrates defendido que este movimento integrista deve adoptar imediatamente uma atitude mais responsável, sob pena de não conseguir obter credibilidade internacional.

“É necessário que o Hamas abandone a luta armada, para poder ser considerado como um parceiro credível em negociações de paz, deixando também de ter como objectivo a destruição do Estado de Israel”, disse.

Recordando que a organização radical islâmica ainda faz parte da “curta lista” de organizações terroristas elaborada pela União Europeia, o líder do PS afirmou que, sem essa atitude responsável, “e apesar de terem ganho as eleições”, os dirigentes do Hamas “nunca conseguirão ter uma credibilidade internacional que os afirme como actores a considerar numa negociação que é muito difícil”.

Michelle Bachelet promete ser Presidente de todos os cidadãos

ELEIÇÕES

O Chile tem pela primeira vez na sua História uma mulher na presidência da República. A futura ocupante do palácio de La Moneda, a socialista Michelle Bachelet, prometeu ser a Presidente de todos os cidadãos e esbater a profunda clivagem entre ricos e pobres, de forma que o país de Salvador Allende possa “surpreender o mundo daqui até 2010”. Desta vez não choveu em Santiago.



Socialista, laica e republicana

Socialista, pediatra, agnóstica, mãe solteira de três filhos, nascidos de dois pais diferentes, este é o perfil da futura Presidente do Chile, Michelle Bachelet, de 54 anos.

O percurso de Michelle, que se candidatou pela Concertação Democrática, a plataforma de socialistas, radicais e democratas-cristãos, confunde-se com a história recente do Chile. Militante socialista desde 1970, é filha de um general da Força Aérea, antigo colaborador do Presidente Salvador Allende, que foi detido e torturado depois do golpe de Estado de Pinochet, tendo morrido na prisão.

Tal como o seu pai, esteve presa e foi torturada durante a ditadura, para depois fugir para o exílio na Austrália e na ex-RDA. Regressa ao Chile, tendo participado activamente no processo de transição democrática. Foi ministra da Saúde e da Defesa nos governos do Presidente Ricardo Lagos.

dezenas de milhares de apoiantes em Santiago do Chile, a socialista Michelle Bachelet afirmou que irá trabalhar sem descanso, “pois não há tempo a perder, são só quatro anos”.

Num país ainda muito marcado pelo golpe de Estado que depôs Salvador Allende e a feroz repressão dos anos da ditadura do general Augusto Pinochet, a Presidente eleita prestou ainda homenagem ao seu pai, que veio a morrer na prisão.

“Não tive uma vida fácil, vós sabeis bem, mas quem é que teve uma vida fácil?”, afirmou, recordando que, tal como o seu pai, foi presa e torturada durante o regime de Pinochet.

“Há uma pessoa que estaria muito orgulhosa esta noite: o meu pai, Alberto Bachelet Martínez; sinto de uma maneira que não consigo explicar que ele está muito perto de mim”, disse a antiga ministra da Saúde e da Defesa do Presidente cessante, o socialista Ricardo Lagos, seu mentor político.

Michelle Bachelet sublinhou que a violência que destruiu tudo o que amava fê-la dedicar a sua vida a “inverter o rumo das coisas”. Por isso, disse, o Chile, saído de

16 anos de ditadura, “vai surpreender de novo o mundo ao mostrar que um país pode tornar-se ainda mais próspero sem perder a sua alma, ajudando os que ficam para trás”.

“Quem poderia pensar há 20, 10 ou 5 anos que o Chile iria eleger uma mulher presidente? A democracia permitiu-o, bem como o voto de milhões de vocês. Não se trata do triunfo de uma só pessoa, de um partido, de uma coligação, mas o conjunto de todos nós”, acrescentou.

No plano económico, o Chile tem uma taxa de crescimento de seis por cento, as exportações duplicaram em três anos e desde a restauração da democracia a pobreza que chegou a atingir 45 por cento da população – fruto da política económica pinochetista inspirada nas teses neoliberais dos chicanos – foi reduzida para 19 por cento.

Mas, apesar do crescimento registado, a escandalosa distribuição dos rendimentos, geradora de gritantes desigualdades sociais e grande concentração da riqueza continua a ser o grande desafio que a nova Presidente tem pela frente.

J. C. CASTELO BRANCO

“Fui a candidata dos cidadãos e serei a Presidente dos cidadãos. O meu governo vai ser um governo de unidade, de todos os chilenos”, garantiu a sucessora de Ricardo Lagos, que derrotou o magnata direitista Sebastian Piñera na segunda volta das eleições presidenciais, impondo-se por uma margem de sete pontos percentuais: 53 por cento, contra 46 por cento.

No discurso de vitória perante

A Europa dos Projectos Energia, Investigação e Desenvolvimento



**MARIA DE LURDES
RUIVO**
Deputada na AR

Os objectivos nacionais em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos anos conduzem ao progresso económico e social, em sintonia com os esforços europeus, relançando a importância do país vencer o atraso científico e tecnológico e dar novo impulso à inovação

A União Europeia (UE) tornou-se num espaço cada vez mais integrador e alargado, assente no modelo de economia social de mercado. Conta actualmente com mais de 450 milhões de cidadãos e converteu-se num gigante económico. O modelo de construção europeia tornou-se num modelo sedutor para muitos países.

Todavia, com a emergência da Economia do Conhecimento, potenciada pela globalização, torna-se necessário que a Europa se torne mais forte na inovação e na investigação, garantes da competitividade e dos empregos de amanhã, vendo-se confrontada com a necessidade de reorientar as suas políticas para poder beneficiar em pleno das capacidades da nova sociedade baseada no conhecimento em consonância com os valores europeus e com o modelo de sociedade europeia. A Estratégia de Lisboa, agora retomada, pretende isso mesmo, ou seja, que a UE se torne a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social. Mas, segundo evidência o relatório da Comissão "Conselho Europeu da Primavera - Concretizar Lisboa - Reformas para uma União Alargada", as medidas tomadas a nível europeu são insuficientes para concretizar os objectivos da Estratégia de Lisboa, sendo que há um conjunto considerável de reformas e de investimentos da responsabilidade dos Estados-membros, pelo que são necessários esforços renovados, por parte destes, de forma a reforçar o financiamento público em investigação e melhorar "as condições-quadro" para o investimento privado em I&D.

Neste âmbito, a UE adoptou um conjunto de orientações estratégicas que se encontram convertidas no VII Programa Quadro de Investigação, para 2007-2013.

Em Portugal, o desempenho ao nível da Economia do Conhecimento é fraco. De salientar que o investimento em I&D (% do PIB) cresceu em Portugal, acima da média europeia, entre 1997 e 2000, tendo passado de 0,62 por cento, para 0,80 por cento, respectivamente, correspondendo a um crescimento médio anual de cerca de 9 por cento. Porém, entre 2000 e 2003 este ciclo de convergência com a Europa terminou, ao apresentar uma evolução negativa (-0,4 por cento). É importante também realçar que o quadro de financiamento das despesas em I&D, em Portugal, revela ainda uma forte dependência face ao Estado, enquanto no conjunto dos Estados-membros, são as empresas que assumem a maior parcela de investimento.

Todavia, os objectivos nacionais em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos anos, definidos no programa de Governo, conduzem ao progresso económico e social, em sintonia com os esforços europeus, relançando a importância do país vencer o atraso científico e tecnológico e dar novo impulso à inovação. A aposta do actual Governo é forte nesta matéria, estando a ser implementado um vasto conjunto de acções que vão desde o Plano Tecnológico, até reformas a nível da educação e formação, fomentando a excelência.

Também a França e Alemanha iniciaram grandes programas em domínios do futuro, como as biotecnologias, as tecnologias de informação, as nanotecnologias e gostariam de ver esses programas alargados a toda a Europa.

Ora, se queremos uma Europa de progresso e de excelência, esta deve concentrar-se, sobretudo, no alcance de uma meta comum, de projectos comuns.

No entanto, será pertinente que façamos a seguinte reflexão: uma Europa que mostrou fragilidades para chegar a um acordo sobre as perspectivas financeiras 2007-20013, que tem dificuldades em lidar com a PAC e com o reembolso do "cheque britânico", consegue fazer aumentar a despesa

com investigação em bastante mais de 50 por cento em termos reais até 2010, elevando-a, assim, a 3 por cento do PIB, tal como é defendido pela Comissão. Assim, a bem do projecto europeu, assente na competitividade, no progresso e na coesão social, esperemos e desejamos que assim seja.

Um outro aspecto desta reflexão diz respeito à energia, no âmbito da complexidade que esta temática envolve.

A dependência externa da UE no domínio do abastecimento energético é grande e com custos elevados.

Ainda temos na memória a recente crise provocada pelo corte de fornecimento de gás da Rússia à Ucrânia, que veio a colocar mais visível a fragilidade europeia em termos energéticos, mas, ao mesmo tempo, reforçou ainda mais a premente necessidade da União Europeia encontrar soluções para tornar essa dependência cada vez menor. De salientar, porém, que a União Europeia se encontra à frente da América e da Ásia na corrida para acabar com a dependência em recursos naturais. A América do Norte é já o maior consumidor de petróleo do mundo e prevê-se que a procura cresça 1,7 por cento ao ano. Já a Europa lidera em matéria de conversão para fontes de energias renováveis.

Por isso, a necessidade da mudança relança com grande acuidade a estratégia da segurança do aprovisionamento energético destinada a reduzir os riscos associados a esta dependência e coloca a problemática que a Europa vem enfrentando na implementação e desenvolvimento do triângulo composto pela Energia, Investigação e Desenvolvimento. Ou seja, como satisfazer as necessidades energéticas da UE de forma sustentável e sem por em causa a sua dependência?

Esta abordagem coloca desafios de competitividade e inovação que se encontram vertidos no programa-quadro para a competitividade e inovação a aplicar no período de 2007-2013, gerado pela Estratégia de Lisboa renovada e que incentiva especialmente a utilização de tecnologias de informação, tecnologias ambientais e a utilização de fontes de energia renováveis.

Em Portugal, o sector energético é, simultaneamente, um importante factor de crescimento da economia e um elemento vital para o desenvolvimento sustentável do país. Este Governo assumiu-o como um dos domínios prioritários de I&D e de intervenção do Plano Tecnológico, face ao desafio que constitui o desenvolvimento sustentável.

O Governo estabeleceu uma estratégia nacional para a energia, com um conjunto de medidas estruturantes concretizando a Estratégia Nacional para a energia e o Plano Tecnológico, nomeadamente através de medidas como o lançamento do concurso de Centrais de Biomassa Florestal; incentivos fiscais ao desenvolvimento dos Biocombustíveis; certificação energética de edifícios, novos regulamentos e obrigatoriedade de instalação de painéis solares térmicos; criação de uma zona piloto e de mecanismos ágeis de licenciamento para projectos na área da energia das ondas; e assinatura de memorando de entendimento para projectos de investimento e criação de um Centro de Investigação & Desenvolvimento na área do biogás e hidrogénio.

Com estas medidas, Portugal pretende reduzir a dependência externa, dar cumprimento ao Protocolo de Quioto, fomentar a inovação e a criação de empregos qualificados.

Nos últimos dez anos, Portugal assistiu ao lançamento do gás natural como novo vector energético. Porém, tendo o gás natural origem fóssil, o ajustamento ambiental do nosso mix de produção e consumo de energia terá de passar, também, pelo recurso a outro tipo de fontes de energia, nomeadamente as energias renováveis. A introdução destas energias contribuirá não só para tornar mais eficaz e menos poluente o sistema energético nacional, mas também para garantir a segurança do abastecimento.

Estamos conscientes que muito mais há a fazer neste domínio, particularmente agora que o debate energético está de volta, e a Comissão Europeia lançou o livro verde da energia que irá apresentar em Março, no qual serão apresentadas as grandes linhas de uma estratégia energética comum. Isto, no momento em que vários Estados-membros começam a encarar o nuclear como alternativa. Apesar de ainda estar na memória o acidente de Chernobyl, ocorrido em 1986, e a sua utilização gerar particular controvérsia, existe uma enorme preocupação por parte da UE em reforçar as normas de segurança aplicáveis às centrais nucleares. Actualmente, a França é o principal produtor europeu de energia nuclear, fornecendo uma boa parte aos diferentes parceiros europeus.

OPINIAO



**JOAQUIM JORGE
VEIGUINHA**

É necessário tornar o sistema público de Segurança Social mais justo. De facto, não se pode aceitar que os pensionistas com rendimentos médios recebam uma pensão líquida 10 por cento mais baixa em proporção do seu nível salarial do que a recebida pelos contribuintes com rendimentos mais elevados

Segurança Social: que futuro?

No programa televisivo "Prós e Contras", do dia 9 de Janeiro, o ministro das Finanças, Teixeira Santos, traçou um quadro preocupante sobre a sustentabilidade da Segurança Social. Segundo um relatório encomendado pelo Governo, o sistema contributivo que é financiado pelos descontos dos trabalhadores no activo e pelas entidades patronais registará, em 2007, um défice de 151 milhões de euros. Em 2015, o fundo de estabilização financeira deixará de ter dinheiro para pagar as pensões e outras prestações sociais, devendo por isso recorrer-se a verbas do Orçamento de Estado. Em meados deste século, o défice previsto atingirá 13.503 milhões de euros. Se a taxa de crescimento demográfico não aumentar, a população com mais de 65 anos de idade duplicará até essa data, atingindo 34 por cento do total, tornando-se extraordinariamente difícil sustentar financeiramente o pagamento das reformas de uma população cada vez mais envelhecida.

Logo após a intervenção televisiva de Teixeira dos Santos, algumas aves de mau agouro fizeram sentir a sua voz. Para estes apenas resta uma alternativa: a privatização de fracções crescentes do sistema de Segurança Social com a criação de um regime de contas privadas para onde os contribuintes seriam obrigados a canalizar uma parte dos seus descontos. Este expediente, para além de não resolver o problema da sustentabilidade do sistema, constitui um atentado ao tão prolapado princípio da "liberdade de escolha", revelando ao mesmo tempo um total desconhecimento da situação financeira dos fundos privados de pensão a nível internacional. Basta pensar que em 2004 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos os fundos privados de pensões registavam um défice astronómico: 110 mil milhões de dólares no caso da velha Albion e 280 mil milhões de dólares no caso da terra do Tio Sam. Dizer, por conseguinte, que a privatização constitui a alternativa à "insustentabilidade" do sistema público é não saber sequer do que se está a falar.

As alternativas são, portanto, outras. Antes de tudo é necessário tornar o sistema público de Segurança Social mais justo. De facto, não se pode aceitar que os pensionistas com rendimentos médios recebam uma pensão líquida 10 por cento mais baixa em proporção do seu nível salarial do que a recebida pelos contribuintes com rendimentos mais elevados: ao contrário do sistema fiscal e tributário, o sistema de Segurança Social não deve ser progressivo, mas "regressivo" relativamente aos rendimentos dos contribuintes, sem tectos contributivos, embora se admita o estabelecimento de um tecto máximo para as prestações como uma das formas de reforçar a sua sustentabilidade.

Um segundo conjunto de reformas passa por criar novas formas de financiamento. A produtividade do trabalho aumentou significativamente, mas são paradoxalmente as empresas trabalho intensivas, isto é, as que registam um valor acrescentado por trabalhador mais baixo a sustentar a maior parte do financiamento do regime contributivo. Um imposto sobre o valor acrescentado das empresas com produtividades mais elevadas que geram enormes excedentes, mas não contribuem em proporção para a sustentação do sistema, seria uma medida não apenas economicamente necessária, mas socialmente equitativa.

Um terceiro grupo de reformas incidiria sobre a criação de uma espécie de segundo pilar que pudesse contribuir indirectamente para a melhoria da sustentabilidade financeira do sistema. Os actuais planos privados de poupança reforma não cumprem este objectivo. A formação de fundos sociais de poupança geridos por sindicatos ou por organizações cooperativas poderiam ser uma resposta. Certamente que estas medidas teriam pouco sucesso se o envelhecimento do país continuasse a acentuar-se. No entanto, apenas com uma melhoria generalizada das condições de vida se poderá esperar uma inversão desta tendência. Mas isso depende das políticas sociais futuras que devem começar a ser já preparadas no presente.



O Papel do Socialismo
em Portugal e no Mundo.

Acção
Socialista 